



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022

EDITAL

(Processo nº 00200.008200/2020-14)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria da Diretoria-Geral nº 2.431, de 2021, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Política de Contratações do Senado Federal estabelecida no Anexo V da Resolução nº 13, de 2018, e do Ato da Diretoria-Geral nº 9, de 2015, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.008200/2020-14, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada à **contratação de empresa especializada, por meio do regime de empreitada integral, para o fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia para a nova central de geração de energia elétrica de emergência para o Senado Federal, compreendendo a aquisição de equipamentos, execução de serviços de infraestrutura e assistência técnica pelo período de 48 (quarenta e oito) meses consecutivos.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 28/03/2022

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09:30

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada, por meio do regime de empreitada integral, para o fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia para a nova central de geração de energia elétrica de emergência para o



SENADO FEDERAL

Senado Federal, compreendendo a aquisição de equipamentos, execução de serviços de infraestrutura e assistência técnica pelo período de 48 (quarenta e oito) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e/ou CATSER e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas que, por qualquer motivo:

2.3.1 – tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

2.3.2 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com a Administração, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;

2.3.3 – estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;

2.3.4 – estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

2.3.5 – encontrem-se em processo de dissolução empresarial.



SENADO FEDERAL

2.4 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1 – SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

2.4.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

2.4.4 – Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo referidas anteriormente, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 – É vedada a participação de consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1 – É facultado à licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento junto à Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal (SINFRA), realizar vistoria técnica, pelo e-mail sinfra@senado.leg.br.

3.1.1 – A solicitação de agendamento de vistorias no Complexo Arquitetônico do Senado Federal será permitida até as 12h do dia útil anterior à abertura do certame, verificado pelo horário de recebimento da solicitação de agendamento de vistoria pelo sistema de correio eletrônico do Senado Federal.

3.1.2 - As vistorias somente poderão ser agendadas para os dias em que houver expediente regular no Senado Federal - ou seja, de segunda a sexta-feira, exceto feriados - e no período entre 8h e 18 h, sendo que o último horário será o das 18h do dia útil anterior à abertura do certame.

3.1.3 – Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.



SENADO FEDERAL

3.1.4 – A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

3.1.4.1 – A comprovação do vínculo poderá ser feita mediante contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.1.4.2 – Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item 3.1.4, não será executada a vistoria.

3.2 – Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela SINFRA.

3.3 – Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.4 – O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentada no ato de cadastramento da proposta. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E ANEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência Resumido (Anexo 1).

4.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos incidentes sobre todas as etapas dos serviços e do fornecimento, ainda que não explicitados nas tabelas anexas a este edital, e, ainda, o frete, tributos e encargos sociais.

4.2.2 - As planilhas constantes dos anexos deste edital são orientativas, ou seja, é de inteira responsabilidade da licitante as quantidades e valores necessários à feitura perfeita e completa dos serviços.

4.2.2.1 - A Contratada não poderá alegar falta ou omissão de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços e fornecer todos os



SENADO FEDERAL

materiais que se mostrarem necessários ao pleno atendimento do objeto contratado, sem que isso implique em custo adicional ao Senado Federal.

4.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4 – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

4.4.1 – Prazo de garantia dos equipamentos, de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados da data da emissão do Termo de Recebimento Provisório, ou o prazo de garantia oferecido pelo fabricante, o que for maior.

4.5 – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica a aceitação dos prazos indicados neste edital.

4.6 – No ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá anexar em campo próprio do sistema a documentação comprobatória dos requisitos de habilitação estabelecidos no Capítulo XII deste edital.

4.6.1 – A licitante poderá deixar de anexar em campo próprio do sistema apenas os documentos de habilitação que constem do SICAF, observando-se, nesse caso, o disposto no item 12.3 do edital.

4.6.2 – Os documentos que compõem a habilitação e os eventuais anexos da proposta cadastrada da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

4.7 – Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

4.8 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.9 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar em campo próprio do sistema.

4.10 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.11 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.



SENADO FEDERAL

4.12 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.12.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.13 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.2.1 – Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licita@senado.leg.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.6 – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 – Em sede de verificação de conformidade formal das ofertas cadastradas, o Pregoeiro somente poderá realizar a desclassificação das propostas antes da fase de lances quando:

6.1.1 – as descrições do objeto estiverem em manifesta desconformidade com o edital;

6.1.2 – os valores ofertados configurarem preços simbólicos, irrisórios ou com presunções absolutas de inexecutabilidade;



SENADO FEDERAL

6.1.3 – as informações registradas na descrição do objeto evidenciarem, de forma flagrante, a identificação da licitante.

6.2 – Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase dos lances.

CAPÍTULO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.4 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.4.1 – Para o fim de desempate das propostas serão aplicados, sucessivamente, os critérios previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e no §2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e, persistindo o empate, o sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

7.5 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.6 – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.6.1 – A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

7.7 – Para envio dos lances referentes ao presente pregão eletrônico será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 33 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

CAPÍTULO VIII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1 – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.



SENADO FEDERAL

8.1.1 – Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.1.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.2 – A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO

9.1 – O critério de julgamento adotado será o de menor preço global.

CAPÍTULO X – DA NEGOCIAÇÃO

10.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 10 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

11.1.1 – A proposta de preços deverá indicar o valor unitário, quantidade e valor total, conforme planilha orçamentária prevista no Anexo 3 do edital, bem como eventuais informações complementares como o índice de BDI, devendo seguir o regramento específico de licitações e deverá ser acompanhada dos seguintes anexos:

11.1.1.1 – Planilha Orçamentária, conforme modelo constante do Anexo 3 do edital, contendo a descrição dos serviços, insumos e materiais, contemplados no objeto da licitação;

11.1.1.1.1 – Com relação aos insumos e materiais, deverá ser indicado, de forma clara, a marca e o modelo dos produtos a serem utilizados.

11.1.1.1.2 - Deverá ser indicado, de forma individualizada para cada item da planilha orçamentária, o valor e o índice de BDI, conforme percentuais apurados a partir da planilha de que trata o item 11.1.1.2 do edital;

11.1.1.2 – Planilha de composição analítica do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas), devendo ser observado, para tanto, o Ato do Primeiro Secretário nº 02/2016 (Anexo 11) e os termos do Acórdão TCU nº 2.369/2011-Plenário e TC 025.990/2008-2.

11.1.1.2.1 - Os cálculos das taxas de BDI a serem utilizadas na composição das planilhas deverão observar a fórmula abaixo:

$$BDI=[(1+(AC+S+R+G))(1+DF)(1+L)/((1-I))-1]\times 100$$

Onde:

AC é a taxa de rateio da Administração Central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em Edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).



SENADO FEDERAL

11.1.1.2.2 – A licitante deverá apresentar a composição para todos os índices de BDI adotados, incluindo o BDI reduzido para mero fornecimento.

11.1.1.2.3 – Itens com valor muito discrepante em relação ao valor pesquisado pelo Senado Federal ou índices de BDI adotados acima do utilizado pelo Senado Federal deverão ser justificados.

11.1.1.3 – Instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará o Contrato.

11.1.2 – Todos os valores constantes da proposta de preços e planilhas anexas deverão ser expressos em algarismo arábico e na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do contrato.

11.1.2.1 – Não será admitido que as empresas utilizem a referência “verba” (vb) para caracterizar quantitativos e valores de itens das planilhas orçamentárias.

11.1.3 - A licitante deverá apresentar sua proposta comercial indicando quais os materiais a serem fornecidos no escopo da futura contratação.

11.1.3.1 - Caso a referência apresentada seja diferente daquela prevista em edital, a licitante deverá apresentar catálogo técnico que viabilize a avaliação do atendimento às exigências presentes no Caderno de Especificações Técnicas (Anexo 2).

11.1.4 – O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros materiais de divulgação que facilitem a análise dos insumos e materiais ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

11.1.5 – A apresentação dos materiais a que se refere o subitem 11.1.4 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas pelo SENADO.

11.1.6 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.1.7 – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.



SENADO FEDERAL

11.1.8 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.1.9 – Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.1.10 – A proposta será desclassificada quando:

- a) as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;
- b) contiver valores simbólicos, irrisórios ou com presunção absoluta de inexequibilidade, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

11.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado.

11.2.1 - Não se admitirá que o preço individual de cada item da proposta seja superior ao preço individual de cada item da planilha orçamentária indicada no Anexo 3 - Planilha de Quantitativos e Planilha Orçamentária.

11.2.2 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a correção de falhas de natureza formal e a complementação de informações.

11.2.3 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

11.2.4 – Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO

12.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

12.1.1 – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.



SENADO FEDERAL

12.2 – Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

12.3 – Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 4.6.1 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

12.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:

Capacidade Técnico-operacional

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da empresa licitante e de seus responsáveis técnicos, da região a que estiverem vinculados.

a.1) No caso de a empresa licitante e/ou os responsáveis técnicos não serem registrados ou inscritos no CREA ou CAU do Distrito Federal, somente serão exigidos os respectivos vistos no CREA/DF ou CAU/DF na ocasião da assinatura do contrato.

b) Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviço compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação, assim entendido:

b.1) Fornecimento e instalação de sistema de geração de emergência com potência mínima de 2000 kVA. O sistema deve ser formado por um ou mais geradores a diesel com sistema de paralelismo com a concessionária;

b.2) Não será permitida a soma de atestados para comprovação da potência de 2000 kVA;

b.3) Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

Capacidade Técnico-profissional

c) A licitante deverá apresentar declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto deste Edital, devendo referir-se a profissional de nível superior



SENADO FEDERAL

com formação em Engenharia Elétrica e que tenham vínculo com a empresa licitante.

c.1) A comprovação do vínculo se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o(a) profissional como sócio(a); carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, de declaração de contratação futura do(a) responsável técnico(a), desde que acompanhada de declaração de anuência do(a) profissional;

c.2) Deverão ser apresentadas as Certidões de Registro do(s) Responsável(is) Técnico(s) junto ao CREA da região a que estiver(em) vinculado(s);

c.3) Serão aceitos profissionais com habilitação equivalente, conforme normativa específica do CONFEA.

d) Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), comprovando que o(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa licitante atuou(aram) como responsável(is) técnico(s) na execução de serviços compatíveis em quantidade e características com o objeto licitado, assim considerados:

d.1) Instalação de sistema de geração de emergência com potência mínima de 2000 kVA. O sistema deve ser formado por um ou mais geradores a diesel com sistema de paralelismo com a concessionária;

d.2) Não será permitida a soma de atestados para comprovação da potência de 2000 kVA;

d.3) Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

12.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Caso qualquer dos índices contábeis denominados “Liquidez Geral”, “Liquidez Corrente” e “Solvência Geral”, informados pelo SICAF, seja igual ou inferior a 1 (um), deverá a licitante comprovar, através de documento hábil, que seu patrimônio líquido não é inferior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta.



SENADO FEDERAL

b) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

12.3.3 – OUTROS DOCUMENTOS:

a) A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

a.1) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2) Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;

a.3) Declaração de Proposta Independente (DPI).

12.4 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio, através do campo de “anexos” do sistema, de documentação complementar.

12.4.1 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

12.4.2 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.4.3 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.4.4 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.4.5 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o



SENADO FEDERAL

envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

12.4.5.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

12.4.6 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos encaminhados na forma do item 12.4.

12.5 – Os documentos de habilitação deverão se referir a empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

12.5.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

12.5.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

12.6 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

12.7 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.7.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.7.2 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



SENADO FEDERAL

12.8 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.8.1 – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

12.9 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

12.9.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

12.9.2 – Diante da constatação de possível tentativa de burla ou fraude à qualquer sanção de suspensão temporária, impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade aplicada a uma outra empresa, o Pregoeiro registrará, no “chat”, os fatos e indícios levantados, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

12.9.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções de suspensão temporária e/ou impedimento de licitar e/ou contratar com a Administração, bem assim de declaração de inidoneidade aplicadas à outra pessoa jurídica:



SENADO FEDERAL

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1 – Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável, se a amostra for rejeitada ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIV – DO RECURSO

14.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.1.1 – A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a decadência do direito e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

14.1.2 – Na motivação, a licitante deverá indicar qual ato decisório é objeto da intenção de recurso e o fundamento sucinto para o pleito de reforma ou revisão.

14.1.3 – O Pregoeiro realizará o exame de admissibilidade da intenção recursal, limitando-se a verificar a presença dos pressupostos recursais.

14.1.3.1 – A decisão do Pregoeiro acerca da aceitação ou rejeição da intenção de recurso será devidamente motivada e registrada em campo próprio do sistema.

14.1.3.2 – Não será admitida intenção de recurso quando:

- a) constatada a ausência de pressuposto de admissibilidade recursal;
- b) fundada em mera insatisfação da licitante;
- c) ostentar caráter meramente protelatório.



SENADO FEDERAL

14.1.4 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita poderá registrar as razões do recurso, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.1.4.1 – Para o regular processamento do recurso, alerta-se que o Sistema COMPRASNET exige o preenchimento pela recorrente do campo referente às razões recursais no prazo indicado.

14.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

14.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

14.3 – Admitida a intenção recursal, o Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a sua decisão objeto do recurso.

14.3.1 – Não havendo reconsideração da decisão, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

14.4 – Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Executivo de Contratações, nos termos do art. 10 da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal.

15.2 – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

15.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.



SENADO FEDERAL

16.1.1 – Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 16.1.

16.1.2 – O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 16.1.

16.1.3 – Caso a licitante não compareça ou não assine o contrato no prazo estabelecido, fica o Pregoeiro autorizado a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

16.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

CAPÍTULO XVII – DAS PENALIDADES

17.1 – A licitante que, convocada para assinar o contrato, no prazo estabelecido no item 16.1, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

17.2 – As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 16.1.3, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 17.1.

17.3 – Se a licitante e/ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a licitação ou a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 pelo prazo de até 5 (cinco) anos, bem como estará sujeita ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do ajuste, se contratada, ou sobre o valor total de sua proposta, se licitante, sem prejuízo das demais cominações legais.

17.4 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

17.5 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1 – Até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

18.2 – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

18.2.1 – A impugnação não incide efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 1 (um) dia útil antes do prazo previsto para a abertura do certame.

18.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.4 – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

18.4.1 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados até 1 (um) dia útil antes do prazo previsto para a abertura do certame.

18.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

CAPÍTULO XIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

19.2 – Integram este edital os seguintes anexos: Anexo 1 – Termo de Referência Resumido; Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas; Anexo 3 – Planilha de Quantitativos e Planilha Orçamentária; Anexo 4 – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; Anexo 5 – Diretrizes de Planejamento, Comunicação, Fiscalização e Gestão; Anexo 6 – Termo de Vistoria; Anexo 7 – Pranchas Gráficas; Anexo 8 – Minuta de Contrato; Anexo 9 – Modelo de Designação de Preposto; Anexo 10 – Modelo de Apresentação de Proposta; e Anexo 11 – Ato do Primeiro Secretário nº 2/2016.

19.3 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pelo Pregoeiro.



SENADO FEDERAL

19.3.1 – A inclusão posterior de documentos será admitida em caráter de complementação de informações acerca dos documentos enviados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, no sentido de aferir o substancial atendimento aos requisitos de proposta e de habilitação.

19.4 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.5 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

19.6 – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

19.7 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XX – DO FORO

20.1 – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 11 de março de 2022

PAULA PARENTE CANTUÁRIA RAMOS

Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022

(Processo nº 00200.008200/2020-14)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA RESUMIDO

OBJETO	Contratação de empresa especializada, por meio do regime de empreitada integral, para o fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia para a nova central de geração de energia elétrica de emergência para o Senado Federal, compreendendo a aquisição de equipamentos, execução de serviços de infraestrutura e assistência técnica pelo período de 48 (quarenta e oito) meses consecutivos.				
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexo 2 do edital.				
CATSER	22543				
JUSTIFICATIVA	<p>A central de geração de energia elétrica de emergência do Senado Federal supre as principais instalações desta Casa Legislativa, a exemplo do Plenário, Comissões e Gabinetes Parlamentares.</p> <p>A contratação visa a permitir a continuidade da atividade legislativa e demais serviços públicos prestados pelo Senado Federal, em caso de eventuais falhas no fornecimento de energia elétrica pela concessionária.</p>				
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço Global				
QUANTIDADE E PREÇO(S) ESTIMADO(S)	ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL GLOBAL PARA 60 MESES (R\$)
	1	1	Unidade	Fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia para a nova central de geração de energia elétrica de emergência para o Senado Federal, com vigência	17.985.924,43



SENADO FEDERAL

				contratual de 60 meses.	
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Conforme Cláusula Décima Quinta da minuta de contrato (Anexo 8 do edital).				
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusula Sexta da minuta de contrato (Anexo 8 do edital).				
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5664 Natureza da Despesa: 449051 / 449052 / 339039				
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	Os serviços serão executados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, localizado em Brasília-DF.				
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Décima Primeira da minuta de contrato (Anexo 8 do edital).				

Brasília, 11 de março de 2022

PAULA PARENTE CANTUÁRIA RAMOS

Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022

(Processo nº 00200.008200/2020-14)

ANEXO 2

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Sumário

A. Escopo da contratação	25
B. Normas aplicáveis	26
C. Considerações gerais	26
D. Equipe técnica e anotações de responsabilidade técnica.....	28
E. Logística e restrições operacionais.....	28
F. Ordens de Serviço, Prazos e Condições de pagamento.....	28
G. Solução geral de automação.....	30



SENADO FEDERAL

A. Escopo da contratação

1. Resumo da contratação:

- 1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia para a nova central de geração de energia elétrica de emergência para o Senado Federal, compreendendo a aquisição de equipamentos, execução de serviços de infraestrutura e assistência técnica pelo período de 48 meses.

2. Faz parte do escopo da contratação:

- 2.1. Elaboração de projetos executivos, com base nos projetos emitidos pelo Senado Federal, normatização técnica vigente e as peculiaridades da solução a ser fornecida;
- 2.2. Elaboração de cronograma de execução e de plano logístico específico para a contratação;
- 2.3. Elaboração de projeto de segurança do trabalho específico para a contratação;
- 2.4. Elaboração dos planos de manutenção preventiva e preditiva dos equipamentos;
- 2.5. Implementação do canteiro;
- 2.6. Mobilização de equipe, máquinas e equipamentos para execução dos serviços;
- 2.7. Infraestrutura civil e elétrica, ou seja, serão previstas fundações e bases para os equipamentos, drenagem, a instalação de leitos, eletrocalhas e dutos para acondicionamento dos condutores etc.;
- 2.8. Desinstalação dos equipamentos existentes e remoção das CTAs para local designado pela fiscalização dentro do CASF;
- 2.9. Fornecimento, instalação, comissionamento e testes dos novos equipamentos;
- 2.10. Manutenção *on site* dos geradores elétricos;
- 2.11. Elaboração de *as-built* dos projetos executados;
- 2.12. Desmobilização de máquinas e equipe;
- 2.13. Retirada do canteiro;
- 2.14. Remoções de lixo, entulho e outros resíduos gerados durante a execução dos serviços;
- 2.15. Fornecimento e execução de tudo que for necessário para o funcionamento dos novos equipamentos conforme parâmetros de desempenho do fabricante original do equipamento, incluindo equipamentos, acessórios, suportes, ou serviços não listados acima.

3. As especificações dos equipamentos, bem como a logística e as restrições na execução estão Caderno de Especificações Técnicas.



SENADO FEDERAL

B. Normas aplicáveis

4. As seguintes normas se aplicam neste Caderno de Especificações Técnicas. Os equipamentos, materiais, serviços, testes e ensaios devem atender ou exceder as seguintes normas técnicas, conforme aplicável:
 - 4.1. Normas da ABNT específicas, aplicáveis direta ou subsidiariamente, que regulem os equipamentos e materiais, suas composições e características demandadas nesse Caderno de Especificações Técnicas;
 - 4.2. Normas de segurança específicas, aplicáveis direta ou subsidiariamente, que regulem os serviços demandados nesse Caderno de Especificações Técnicas;
 - 4.3. Normas internacionais, em complemento às normas da ABNT;
 - 4.4. Recomendações, ensaios de qualidade e instruções de associações industriais ou Inmetro;
 - 4.5. Recomendações, orientações e instruções dos fabricantes;
 - 4.6. Normas ASTM – *American Society for Testing and Materials*;
 - 4.7. Normas DIN – *Deutsche Industrie Normen*;
 - 4.8. Normas VDE – *Verband Deutscher Elektrotechniker*;
 - 4.9. Normas ANSI – *American National Standard Institute*;
 - 4.10. Normas ISO – *International Organization for Standardization*;
 - 4.11. Normas NEC – *National Electric Code*;
 - 4.12. Normas IEC – *International Electrotechnical Commission*;
 - 4.13. Normas, padrões, recomendações e práticas IEEE.
5. Serão aceitos equipamentos com normas distintas das listadas acima, desde que sejam equivalentes ou superiores, a critério do Senado Federal.

C. Considerações gerais

6. O Recebimento Provisório só será emitido após a verificação da operação do objeto conforme este Caderno de Especificações Técnicas. O objeto deverá estar pronto para uso pelo Senado Federal sem que seja necessário qualquer equipamento, serviço ou ajuste adicional para a plena operação do sistema.
7. Caberá à Contratada fornecer todos os materiais, salvo o disposto em contrário neste Caderno de Especificações Técnicas, em quantidade necessária à execução dos serviços, inclusive com relação aos prazos estabelecidos.



SENADO FEDERAL

8. Todos os materiais a serem empregados deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e satisfazer rigorosamente às condições estipuladas neste Caderno de Especificações Técnicas.
9. A Fiscalização poderá solicitar à Contratada que submeta qualquer material ao seu exame e aprovação, podendo impugnar seu emprego quando em desacordo com este Caderno de Especificações Técnicas, o Contrato ou a Proposta Técnica e Comercial.
10. O entendimento do Senado Federal com relação à referência de marca, modelo ou fabricante é o seguinte:
 - 10.1. Os fabricantes, marcas e modelos, quando indicados pelo Senado, configuram os padrões de referência necessários para a determinação do nível de qualidade exigido para tal material. É admitida a similaridade se devidamente comprovada a equivalência de desempenho dos materiais propostos com os indicados por meio de testes e ensaios previstos por normas e previamente aceito pela Fiscalização;
 - 10.2. A similaridade indicada é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia. A similaridade será avaliada pela Fiscalização antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pela Contratada, laudos técnicos do material, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios conceituados, com ônus para a Contratada;
 - 10.3. Nessa eventualidade, a substituição processar-se-á sem haver compensação financeira para as partes, ou seja, Senado Federal e Contratada. Não se admite a consulta sobre analogia, por parte da Contratada, após a aplicação do material e, tampouco, que tal consulta sirva como justificativa para o não cumprimento dos prazos estabelecidos na documentação contratual;
 - 10.4. No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações do Senado Federal;
 - 10.5. Não havendo mais disponibilidade no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável), deve-se efetuar a substituição por materiais/equipamentos com qualidade similar ou superior;
 - 10.6. Se julgar necessário, a Fiscalização poderá solicitar à Contratada a apresentação de amostras e informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais, catálogos e certificados de ensaios fornecidos pelos fabricantes, para melhor descrever e comprovar a qualidade dos materiais a serem empregados ou, se empregados, até o recebimento definitivo do serviço;
 - 10.7. Os materiais fornecidos pela Contratada que serão empregados nos serviços deverão possuir, no mínimo, garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.



SENADO FEDERAL

D. Equipe técnica e anotações de responsabilidade técnica

11. As atividades contratuais (projeto, adequações de infraestrutura e manutenção) deverão ser continuamente acompanhadas por profissionais da Contratada, garantindo a execução dos serviços conforme o projeto, as normas técnicas vigentes e as boas práticas de engenharia.
12. Ressalta-se que o acompanhamento durante cada etapa de execução poderá ser feito por um conjunto de profissionais distintos.
13. Os profissionais deverão emitir as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), devidamente registradas no CREA-DF, a serem entregues antes do início de cada atividade. Deverão ser emitidas ARTs que englobem a totalidade do objeto contratado, sendo necessárias ARTs específicas para no mínimo as seguintes parcelas do objeto:
 - 13.1. Projetos executivos;
 - 13.2. Projetos de Segurança do Trabalho;
 - 13.3. Obras civis de infraestrutura;
 - 13.4. Manutenção on site;
 - 13.5. Execução das ações de Segurança do Trabalho no âmbito do Contrato;
 - 13.6. Içamento/rigging/movimentação de carga.

E. Logística e restrições operacionais

14. Os serviços deverão ser realizados com garantia de operação do sistema de geração existente. Destarte, só após a completa liberação do novo sistema, poderá ser realizada a demolição da área de descarga dos geradores existentes.
15. Os serviços de interligação das novas redes de média tensão ao painel de distribuição existente bem como a substituição das CTAs somente poderão ser executados nos feriados e finais de semana.

F. Ordens de Serviço, Prazos e Condições de pagamento

16. Durante a execução do contrato, serão emitidas as seguintes ordens de serviço distintas:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Planejamento Executivo: Envolve a elaboração de cronograma executivo; Projetos de Segurança do Trabalho; Projetos Executivos de Engenharia Elétrica, Equipamentos e Obras civis.	60 dias corridos após a emissão da OS A OS será emitida em até 10 dias após a



SENADO FEDERAL

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
		publicação do contrato assinado
2	Fornecimento de equipamentos: Grupos moto-geradores; Transformadores 2000 kVA; Painéis auxiliares; Painéis de automação; Paineis de Média Tensão; QTAs; Paineis de paralelismo dos geradores; e Eletrocentro.	240 dias corridos após a Emissão da OS. A OS será emitida em até 5 dias corridos após o término da Etapa 1.
3	Obras civis e infraestrutura elétrica	240 dias corridos após a Emissão da OS. A OS será emitida em até 30 dias corridos após o término da Etapa 1.
4	Comissionamento e testes	30 dias após a emissão da OS. A OS será emitida em até 5 dias corridos após o término das Etapas 2 e 3.
5	Serviços de Assistência Técnica	Até 48 meses após o comissionamento do novo sistema de geração. A OS será emitida em até 5 dias corridos após o término da Etapa 4.

17. Os pagamentos serão realizados após o término de cada Etapa.
18. No caso da Etapa 2, como critério de pagamento, será remunerado o valor correspondente a 50 % do valor de cada um dos equipamentos listados no Anexo 3 após a entrega. No caso dos grupos moto-geradores, os equipamentos devem ser descarregados sobre as suas bases de concreto previstas em projeto.
19. Na Etapa 4 serão remunerados os 50% restantes dos equipamentos citados no item anterior.



SENADO FEDERAL

G. Solução geral de automação

- 20.** A solução de automação deverá ser composta pelos controladores dos grupos motores-geradores, controladores das chaves de transferência e painel de automação.
- 21.** A topologia de comunicação entre os controladores dos grupos motores-geradores e os controladores das chaves de transferência automática será estrela, passando pelo painel de automação.
- 22.** Não haverá um controlador lógico programável (CLP) central ou qualquer equipamento central de controle, ficando todas as decisões de automação e controle do sistema distribuídas entre os controladores dos grupos motores-geradores, os controladores das chaves de transferência automática e a interface homem-máquina do painel de automação.
- 23.** Funcionalidades gerais do sistema como um todo:
 - 23.1.** Próprio para operar com múltiplos grupos motores-geradores gerando em paralelo e alimentando múltiplas chaves de transferência automática;
 - 23.2.** Não serão aceitas soluções feitas sob medida ou altamente personalizadas. A solução deverá atender os critérios abaixo sem necessidade de alterações significativas de software ou o uso de “CLPs” internos para criar funcionalidades;
 - 23.2.1.** Soluções padronizadas são mais robustas à falha e estão sujeitas a menos erros de configuração, pois são testadas por muitos usuários. Soluções sob medida não são sujeitas às condições de testes tão robustas.
 - 23.3.** Os trechos de comunicação entre os controladores das chaves de transferência e os controladores dos geradores (longa distância) deverão ser obrigatoriamente feitos por fibra ótica;
 - 23.3.1.** A comunicação entre os controladores dos grupos motores-geradores em si poderá ser realizada por cabo de cobre;
 - 23.3.2.** As soluções de comunicação por fibra ótica deverão ser devidamente aprovadas e homologadas pelo fabricante original dos controladores;
 - 23.3.3.** A sugestão é utilizar um conversor fibra ótica-cobre em cada CTA e um conjunto de conversores nas instalações técnicas dos geradores.
 - 23.4.** Divisão de potência aparente, ativa e reativa entre todos os equipamentos paralelos;
 - 23.5.** Acionamento e entrada/saída da carga em rampa: permitir que os geradores assumam e removam carga através de transição fechada, ou seja, sem a necessidade de "piscar", mesmo com múltiplas chaves de transferência (acionamento sequencial das transferências, conforme configuração). Funcionalidade para testes em carga e



SENADO FEDERAL

para retorno da concessionária sem percepção do usuário, ou para assumir a carga em momentos críticos;

- 23.6.** Transição aberta (com interrupção do fornecimento) quando necessária;
- 23.7.** Acionamento de cada CTA de forma sequencial: permitir que as CTA sejam acionadas uma de cada vez, evitando uma corrente de inrush muito alta e eventual sobrecarga nos geradores. Dessa forma, por exemplo, em caso de falta da concessionária simultânea de várias CTAs, o sistema acionaria a primeira CTA, aguardaria a estabilização da carga e só depois acionaria a segunda CTA etc.;
- 23.8.** Remoção de cargas menos prioritárias em caso de falha de um grupo motor-gerador: por exemplo, se a demanda for de 1.200 kVA e somente 1.000 kVA de geração estão disponíveis, a CTA menos prioritária é desligada para diminuir a demanda;
- 23.9.** Peak shaving: geração de parte da potência demandada em dias/horários específicos (uma CTA por vez) ou toda vez que a demanda ultrapassar um valor pré-determinado;
- 23.10.** Power export: capacidade de exportar uma determinada potência para concessionária;
- 23.11.** Mains failure: em caso de falha da concessionária, os geradores devem ser acionados e assumir a carga;
- 23.12.** Load takeover: carga é transferida completamente para os geradores a partir de acionamento manual da funcionalidade;
- 23.13.** Soft loading and unloading, onde o grupo motor-gerador assume 100% da demanda de forma progressiva, sem interrupção do fornecimento de energia elétrica à carga (transferência em rampa);
- 23.14.** SUS (start-up sequence) ou dead bus synchronizing: Os geradores devem entrar no menor tempo possível, fechando os disjuntores de proteção dos geradores e desligando a corrente de campo dos alternadores. O sincronismo é feito por software de forma rápida com todos os grupos;
- 23.15.** Controle automático dos transformadores de elevação de tensão: os transformadores de elevação de tensão só serão conectados após estabilização da tensão dos grupos motores-geradores, diminuindo a carga de inrush. Caso um dos circuitos dos transformadores esteja fora de operação, o sistema deverá automaticamente detectar e limitar a potência gerada;
- 23.16.** Detecção automática de quantidade de geradores necessários: Se no momento da falha a carga for de 750 kVA, somente dois geradores de 500 kVA devem ser acionados (disponibilizando 1.000 kVA, sendo 250 kVA de “reserva”);
- 23.17.** Remoção automática de geradores: se houver mais potência disponível do que a necessária, os geradores em excesso devem ser desligados automaticamente.



SENADO FEDERAL

Exemplo: se a carga for de 400 kVA e dois geradores de 500 kVA estiverem ligados, um dos geradores deve ser desligado;

- 23.18.** Ciclagem automática de geradores: se o gerador está ligado a um período pré-determinado de tempo (exemplo: seis horas), outro gerador deve ser ligado e a carga deve ser transferida ao gerador recém ligado;
- 23.19.** Testes automáticos agendados com ou sem carga: permite configurar dias/horários para testes automáticos, assumindo ou não a carga;
- 23.20.** Priorização de carga: algumas cargas (chaves de transferência) podem ser priorizadas em relação a outras. Cargas menos prioritárias são removidas quando necessário.



SENADO FEDERAL

Fichas de Especificações

As fichas de itens serão disponibilizadas às licitantes pela COPELI.

[Observação: A COPELI disponibilizará às licitantes o arquivo constante do Termo de Referência – NUP 00100.010203/2022-08 (ANEXO: 001)].



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022

(Processo nº 00200.008200/2020-14)

ANEXO 3

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANILHA DE QUANTITATIVOS

Código	Item/Ficha	Unidade	Quantidade
PLANEJAMENTO EXECUTIVO			
SF-00003	Planejamento físico-financeiro	un	1
SF-00004	Projetos de segurança do trabalho (passível de subcontratação)	un	1
SF-01393	Projeto executivo de engenharia elétrica	un	1
SF-01394	Projeto executivo do eletrocentro (passível de subcontratação)	un	1
SF-02616	Projeto Executivo de Instalação de Central de Geração de Energia – Obras civis - AT 31 e AT 32	un	1
FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS			
SF-01357	Grupo motor-gerador 500 kVA	un	8
SF-01378	Transformador a seco 2000 kVA	un	2
SF-01364	Painel para serviços auxiliares – PAUX	un	1
SF-01365	Painel para sistema de automação e comunicação – QAUT-GER	un	1
SF-01366	Painel de distribuição em média tensão – PMT-GER	un	1



SENADO FEDERAL

Código	Item/Ficha	Unidade	Quantidade
SF-01367	Painel de paralelismo dos geradores – PBT-GER	un	1
SF-01368	Painel para a galeria técnica – QGAL	un	1
SF-01371	Quadro de transferência automática - QTA	un	3
SF-01372	Quadro de transferência automática para sistemas auxiliares – QTA-GER	un	1
SF-01374	Sistema de energia ininterrupta	un	2
SF-01385	Eletrocentro (passível de subcontratação)	un	1
SF-01392	Painel de baixa tensão para áreas externas – QEXT	un	1
OBRAS CIVIS E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA			
SF-00001	Engenheiro(a) /Arquiteto(a) júnior	hh	1408
SF-00002	Mestre de obras	hh	1408
SF-00005	Demolição de alvenarias	m³	62.81
SF-00006	Demolição de concreto simples	m³	35.39
SF-00014	Demolição em concreto armado	m³	40.3
SF-00015	Locação de caçambas	un	28
SF-00046	Retirada de entulhos	m³	139
SF-00070	Tapume	m²	460
SF-00075	Furo em concreto de até 75mm de diâmetro	un	35
SF-00076	Furo em concreto para diâmetros maiores que 75mm	un	80
SF-00077	Concreto virado em betoneira, fck = 15 Mpa	m3	5.07
SF-00081	Forma para estruturas de concreto	m2	1302.66
SF-00084	Alvenaria de vedação	m²	151.2



SENADO FEDERAL

Código	Item/Ficha	Unidade	Quantidade
SF-00086	Fixação (encunhamento) de Alvenaria de Vedação	m	94
SF-00091	Chapisco com argamassa traço 1:3	m²	302.4
SF-00093	Reboco com argamassa industrializada e=2,0 cm	m²	302.4
SF-00106	Contrapiso em argamassa (e=2cm) ou Regularização de contrapiso existente	m²	52
SF-00167	Tubo PVC esgoto ou águas pluviais predial DN 100mm	m	8
SF-00170	Tubo PVC esgoto ou águas pluviais predial DN 75mm	m	21
SF-00232	Caixa de passagem em alumínio 200x200x100mm	un	4
SF-00236	Condutele de alumínio de 1"	un	155
SF-00246	Eletroduto de aço galvanizado de 1"	m	400
SF-00247	Eletroduto de aço galvanizado de 2"	m	850
SF-00251	Eletroduto metálico flexível com capa de PVC 1"	m	5
SF-00253	Perfilado 38x38 mm	m	10
SF-00257	Interruptor para condutele	un	6
SF-00270	Tomada para condutele	un	110
SF-00279	Condutor 16 mm²	m	130
SF-00280	Condutor 2,5 mm²	m	2850
SF-00282	Condutor 4 mm²	m	2600
SF-00898	Armação de aço CA-50 bitolas de 5,0mm a 8,00mm	kg	3415.18
SF-00916	Armação de aço CA-50 bitolas de 10,0mm a 12,50mm	kg	3199.45
SF-00917	Armação de aço CA-50 bitolas de 16,0mm a 25,0mm	kg	712.55
SF-00919	Escavação manual de valas	m³	118.93



SENADO FEDERAL

Código	Item/Ficha	Unidade	Quantidade
SF-00920	Reaterro de vala com compactação mecanizada	m3	95.52
SF-00921	Aterro de vala com compactação mecanizada	m3	724.12
SF-00930	Condutor 50 mm ²	m	1470
SF-00931	Condutor 70 mm ²	m	110
SF-00932	Condutor 95 mm ²	m	1440
SF-00934	Condutor 150 mm ²	m	2500
SF-00936	Condutor 240 mm ²	m	2250
SF-00946	Tampa em ferro fundido T33	un	5
SF-00953	Impermeabilização com emulsão asfáltica	m ²	302.4
SF-00981	Base para pavimentação com concreto magro	m3	96.7
SF-00982	Pavimentação em concreto armado simples	m2	873
SF-00986	Demolição de estrutura metálica	kg	600
SF-00987	Escavação manual com profundidade maior do que 1,30 m	m3	28.24
SF-00988	Escavação mecânica com profundidade maior do que 1,30 m	m3	65.9
SF-00989	Grama Batatais em placas de 40 x 40 cm (passível de subcontratação)	m2	1200
SF-00990	Pintura de meios-fios com tinta acrílica	m	252.9
SF-00991	Meios-fios em concreto pré-moldado	m	106.21
SF-00992	Tubo PEAD corrugado para drenagem – Diâmetro 100 mm	m	50.1
SF-01001	Locação de Container - Escritório (passível de subcontratação)	mês	12
SF-01029	Locação de Container - Sanitário (passível de subcontratação)	mês	12
SF-01030	Locação de Container - Almoxarifado (passível de subcontratação)	mês	12



SENADO FEDERAL

Código	Item/Ficha	Unidade	Quantidade
SF-01031	Placa de Obra (passível de subcontratação)	m²	2
SF-01065	Placa de Concreto Pré-Moldado 15 Mpa	m3	4
SF-01066	Eletroduto PEAD 3"	m	35
SF-01068	Eletroduto de aço galvanizado de 3"	m	6
SF-01072	Piso tátil de borracha	m2	45
SF-01077	Aterro de vala com areia média e compactação mecanizada	m3	30
SF-01128	Selagem ou resselagem de juntas em pavimentação de concreto armado	m	373
SF-01132	Pintura para sinalização e demarcação viária horizontal	m2	60
SF-01159	Camada Drenante para Impermeabilização	m2	80.16
SF-01333	Eletroduto PEAD 1 1/4" – fornecimento e instalação	m	115
SF-01336	Eletroduto PEAD 2"	m	18
SF-01339	Tampa em Ferro Fundido - Circular DN-600 mm Classe 400	un	5
SF-01347	Bloco autônomo de emergência 1000 lumens	un	40
SF-01348	Cabo Ethernet blindado (passível de subcontratação)	m	220
SF-01349	Cabo de fibra óptica multimodo 12 fibras (passível de subcontratação)	m	2650
SF-01350	Cabos de cobre para comunicação CANbus (passível de subcontratação)	m	75
SF-01351	Cabos de cobre para comunicação padrão RS-485 (passível de subcontratação)	m	110
SF-01352	Condutele de alumínio de 2"	un	53
SF-01353	Cabo de potência, 8,7 kV/15 kV, 95 mm²	m	290
SF-01354	Cabo de potência, 8,7 kV/15 kV, 240 mm²	m	2800
SF-01355	Distribuidor interno óptico (passível de subcontratação)	un	12



SENADO FEDERAL

Código	Item/Ficha	Unidade	Quantidade
SF-01356	Eletroduto PEAD 5"	m	210
SF-01358	Interruptor duplo para condutele	un	4
SF-01359	Leito 400x100 mm	m	550
SF-01360	Leito 600x100 mm	m	160
SF-01361	Luminária 2x28 W hermética de sobrepor	un	52
SF-01362	Luminária LED para poste 60 W	un	2
SF-01363	Luminária LED para poste 120 W	un	8
SF-01369	Poste curvo simples 8 metros	un	8
SF-01370	Caixa de Passagem Subterrânea 300x300x500mm	un	9
SF-01373	Caixa de Passagem Subterrânea 600x600x800mm	un	3
SF-01375	Kit terminal para cabo de potência, 8,7 kV/15 kV, 95 mm ²	un	32
SF-01376	Kit terminal para cabo de potência, 8,7 kV/15 kV, 240 mm ²	un	32
SF-01377	Tomada para condutele (20 A)	un	12
SF-01384	Cabo de cobre nu 50 mm ²	m	750
SF-01386	Haste de cobre 3/4" 3m	un	30
SF-01387	Leito 800x100 mm	m	85
SF-01388	Engenheiro(a) eletricista pleno	hh	800
SF-01390	Mão francesa metálica dupla	un	230
SF-01395	Remoção de sistema de automação de QTAs	un	1
SF-01397	Retrofit do sistema de comando/controle do painel de média tensão de distribuição	un	1
SF-01398	Retrofit do controlador da chave de transferência automática da SE-UA	un	1



SENADO FEDERAL

Código	Item/Ficha	Unidade	Quantidade
SF-01399	Substituição dos Quadros de Transferência Automática	un	3
SF-02601	Arrasamento mecânico de estacas de concreto armado com diâmetros de até 40 cm	un	45
SF-02602	Quadro 400x300x200 mm – fornecimento e instalação	un	8
SF-02603	Concreto Usinado, fck = 25MPa	m3	125
SF-02604	Estaca escavada mecanicamente - 40cm de diâmetro	m	495
SF-02606	Armação de aço CA-60 bitolas de 5,0mm a 8,00mm	kg	822.02
SF-02607	Pavimentação em concreto simples	m2	775
SF-02608	Tubo PVC esgoto ou águas pluviais predial DN 150mm	m	76
SF-02609	Alvenaria Estrutural	m2	34
SF-02610	Boca de lobo simples em blocos de concreto, h=1,0 m	un	2
SF-02611	Canaleta de concreto armado 30 cm x 30 cm com tampa	m	82.76
SF-02612	Remoção de árvore, inclusive raiz	un	7
SF-02613	Demolição de telhas	m²	436
SF-02614	Locação de obra	m2	1800
SF-02617	Poste reto 5 metros – fornecimento e instalação	un	2
SF-02618	Suporte para luminária de poste simples – fornecimento e instalação	un	2
MANUTENÇÃO ON-SITE			
SF-01389	Manutenção on site – Grupo motor-gerador e instalações associadas	un	48
SF-01391	Óleo diesel	lt	85000



SENADO FEDERAL

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTI- DADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO DIRETO TOTAL (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
SF-00001	Engenheiro(a) /Arquiteto(a) júnior	hh	1.408,00	78,99	111.218,62	19,10%	94,08	132.464,64
SF-00002	Mestre de obras	hh	1.408,00	24,32	34.240,45	19,10%	28,96	40.775,68
SF-00003	Planejamento físico-financeiro	un	1,00	1.436,30	1.436,30	19,10%	1.710,63	1.710,63
SF-00004	Projetos de segurança do trabalho	un	1,00	2.035,09	2.035,09	19,10%	2.423,79	2.423,79
SF-00005	Demolição de alvenarias	m3	62,81	39,37	2.472,81	19,10%	46,89	2.945,16
SF-00006	Demolição de concreto simples	m3	35,39	221,00	7.821,19	19,10%	263,21	9.315,00
SF-00014	Demolição em concreto armado	m3	40,30	206,29	8.313,35	19,10%	245,69	9.901,31
SF-00015	Locação de caçambas	un	28,00	320,00	8.960,00	11,26%	356,03	9.968,84
SF-00046	Retirada de entulhos	m3	139,00	14,97	2.080,62	19,10%	17,83	2.478,37
SF-00070	Tapume	m2	460,00	76,55	35.213,62	19,10%	91,17	41.938,20
SF-00075	Furo em concreto de 40mm até 75mm de diâmetro	un	35,00	75,49	2.642,03	19,10%	89,90	3.146,50
SF-00076	Furo em concreto para diâmetros maiores que 75mm	un	80,00	96,41	7.713,00	19,10%	114,83	9.186,40
SF-00077	Concreto virado em betoneira, fck = 15 MPa	m3	5,07	528,14	2.677,69	19,10%	629,02	3.189,13
SF-00081	Forma para estruturas de concreto	m2	1.302,66	142,57	185.719,18	19,10%	169,80	221.191,67
SF-00084	Alvenaria de vedação	m2	151,20	63,60	9.616,51	19,10%	75,75	11.453,40
SF-00086	Fixação (encunhamento) de Alvenaria de Vedação	m	94,00	21,19	1.991,42	19,10%	25,23	2.371,62
SF-00091	Chapisco com argamassa traço 1:3	m2	302,40	3,68	1.113,87	19,10%	4,39	1.327,54
SF-00093	Reboco com argamassa industrializada e=2,0 cm	m2	302,40	30,61	9.257,44	19,10%	36,46	11.025,50



SENADO FEDERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTI- DADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO DIRETO TOTAL (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
SF-00106	Contrapiso em argamassa (e=2cm) ou Regularização de contrapiso existente	m2	52,00	29,25	1.520,83	19,10%	34,83	1.811,16
SF-00167	Tubo PVC esgoto ou aguas pluviais predial DN 100mm	m	8,00	53,19	425,54	19,10%	63,35	506,80
SF-00170	Tubo PVC esgoto ou aguas pluviais predial DN 75mm	m	21,00	33,57	704,90	19,10%	39,98	839,58
SF-00232	Caixa de passagem em alumínio 200x200x100mm	un	4,00	114,50	458,00	19,10%	136,37	545,48
SF-00236	Condutele de alumínio de 1"	un	155,00	30,16	4.674,40	19,10%	35,92	5.567,60
SF-00246	Eletroduto de aço galvanizado de 1"	m	400,00	26,49	10.594,45	19,10%	31,54	12.616,00
SF-00247	Eletroduto de aço galvanizado de 2"	m	850,00	61,05	51.891,26	19,10%	72,71	61.803,50
SF-00251	Eletroduto flexível metálico com capa de PVC 1''	m	5,00	17,07	85,36	19,10%	20,33	101,65
SF-00253	Perfilado 38x38mm	m	10,00	59,91	599,12	19,10%	71,36	713,60
SF-00257	Interruptor para condutele	un	6,00	18,09	108,55	19,10%	21,55	129,30
SF-00270	Tomada para condutele	un	110,00	30,19	3.320,41	19,10%	35,95	3.954,50
SF-00279	Condutor 16 mm²	m	130,00	24,59	3.196,70	19,10%	29,29	3.807,70
SF-00280	Condutor 2,5 mm²	m	2.850,00	5,35	15.235,20	19,10%	6,37	18.154,50
SF-00282	Condutor 4 mm²	m	2.600,00	8,05	20.940,72	19,10%	9,59	24.934,00
SF-00898	Armação de aço CA-50 bitolas de 5,0mm a 8,00mm	kg	3.415,18	16,21	55.372,27	19,10%	19,31	65.947,13
SF-00916	Armação de aço CA-50 bitolas de 10,0 mm a 12,5 mm	kg	3.199,45	12,24	39.171,96	19,10%	14,58	46.647,98
SF-00917	Armação de aço CA-50 bitolas de 16,0 mm a 25,0 mm	kg	712,55	13,03	9.285,35	19,10%	15,52	11.058,78
SF-00919	Escavação manual de valas	m3	118,93	59,22	7.042,49	19,10%	70,53	8.388,13
SF-00920	Reaterro de vala com compactação mecanizada	m3	95,52	21,54	2.057,26	19,10%	25,65	2.450,09



SENADO FEDERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTI- DADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO DIRETO TOTAL (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
SF-00921	Aterro de vala com compactação mecanizada	m3	724,12	83,21	60.252,41	19,10%	99,10	71.760,29
SF-00930	Condutor 50 mm ²	m	1.470,00	74,72	109.836,57	19,10%	88,99	130.815,30
SF-00931	Condutor 70 mm ²	m	110,00	102,27	11.250,22	19,10%	121,81	13.399,10
SF-00932	Condutor 95 mm ²	m	1.440,00	136,15	196.051,64	19,10%	162,15	233.496,00
SF-00934	Condutor 150 mm ²	m	2.500,00	215,32	538.287,79	19,10%	256,44	641.100,00
SF-00936	Condutor 240 mm ²	m	2.250,00	336,12	756.276,13	19,10%	400,32	900.720,00
SF-00946	Tampa em ferro fundido T33	un	5,00	255,54	1.277,69	19,10%	304,34	1.521,70
SF-00953	Impermeabilização com emulsão asfáltica	m2	302,40	34,34	10.385,44	19,10%	40,90	12.368,16
SF-00981	Lastro em concreto magro	m3	96,70	472,16	45.658,11	19,10%	562,35	54.379,25
SF-00982	Pavimentação em concreto armado simples	m2	873,00	103,73	90.552,87	19,10%	123,54	107.850,42
SF-00986	Demolição de estrutura metálica	kg	600,00	2,67	1.603,86	19,10%	3,18	1.908,00
SF-00987	Escavação manual com profundidade maior do que 1,30 m	m3	28,24	64,36	1.817,65	19,10%	76,66	2.164,88
SF-00988	Escavação mecânica com profundidade maior do que 1,30 m	m3	65,90	4,53	298,72	19,10%	5,40	355,86
SF-00989	Grama Batatais em placas de 40 x 40 cm	m2	1.200,00	46,77	56.121,68	19,10%	55,70	66.840,00
SF-00990	Pintura de meios-fios com tinta acrílica	m	252,90	4,21	1.065,79	19,10%	5,02	1.269,56
SF-00991	Meios-fios em concreto pré-moldado	m	106,21	43,53	4.622,86	19,10%	51,84	5.505,93
SF-00992	Tubo PEAD corrugado para drenagem – Diâmetro 100 mm	m	50,10	102,87	5.153,96	19,10%	122,52	6.138,25
SF-01001	Locação de Container - Escritório	mês	12,00	497,25	5.967,00	19,10%	592,22	7.106,64
SF-01029	Locação de Container - Sanitário	mês	12,00	621,56	7.458,75	19,10%	740,28	8.883,36
SF-01030	Locação de Container - Almoxarifado	mês	12,00	388,48	4.661,71	19,10%	462,67	5.552,04



SENADO FEDERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTI- DADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO DIRETO TOTAL (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
SF-01031	Placa de Obra	m2	2,00	191,25	382,50	19,10%	227,78	455,56
SF-01065	Placa de Concreto Pré-Moldado 15 Mpa	m3	4,00	2.728,88	10.915,51	19,10%	3.250,09	13.000,36
SF-01066	Eletroduto PEAD 3"	m	35,00	16,02	560,69	19,10%	19,08	667,80
SF-01068	Eletroduto de aço galvanizado de 3"	m	6,00	102,49	614,97	19,10%	122,07	732,42
SF-01072	Piso tátil de borracha	m2	45,00	22,98	1.034,31	19,10%	27,37	1.231,65
SF-01077	Aterro de vala com areia média e compactação mecanizada	m3	30,00	184,91	5.547,31	19,10%	220,23	6.606,90
SF-01128	Selagem ou resselagem de juntas em pavimentação de concreto armado	m	373,00	9,17	3.420,22	19,10%	10,92	4.073,16
SF-01132	Pintura para sinalização e demarcação viária horizontal	m2	60,00	13,20	791,87	19,10%	15,72	943,20
SF-01159	Camada Drenante para Impermeabilização	m2	80,16	53,82	4.313,93	19,10%	64,10	5.138,26
SF-01333	Eletroduto PEAD 1 1/4" - fornecimento e instalação	m	115,00	10,25	1.178,52	19,10%	12,21	1.404,15
SF-01336	Eletroduto PEAD 2"	m	18,00	10,16	182,93	19,10%	12,10	217,80
SF-01339	Tampa em Ferro Fundido - Circular DN-600 mm Classe 400	un	5,00	722,05	3.610,26	19,10%	859,96	4.299,80
SF-01347	Bloco autônomo de emergência 1000 lumens – fornecimento e instalação	un	40,00	447,97	17.918,74	19,10%	533,53	21.341,20
SF-01348	Cabo Ethernet blindado	m	220,00	17,40	3.827,00	19,10%	20,72	4.558,40
SF-01349	Cabo de fibra óptica multimodo 12 fibras	m	2.650,00	18,24	48.348,02	19,10%	21,73	57.584,50
SF-01350	Cabos de cobre para comunicação CANbus	m	75,00	18,78	1.408,61	19,10%	22,37	1.677,75
SF-01351	Cabos de cobre para comunicação padrão RS-485	m	110,00	45,20	4.971,94	19,10%	53,83	5.921,30
SF-01352	Condutele de alumínio de 2"	un	53,00	47,16	2.499,30	19,10%	56,16	2.976,48
SF-01353	Cabo de potência, 8,7 kV/15 kV, 95 mm²	m	290,00	245,22	71.115,09	19,10%	292,06	84.697,40



SENADO FEDERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTI- DADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO DIRETO TOTAL (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
SF-01354	Cabo de potência, 8,7 kV/15 kV, 240 mm²	m	2.800,00	355,48	995.335,73	19,10%	423,37	1.185.436,00
SF-01355	Distribuidor Interno Óptico Industrial – fornecimento e instalação	un	12,00	355,45	4.265,34	19,10%	423,33	5.079,96
SF-01356	Eletroduto PEAD 5”	m	210,00	43,22	9.077,12	19,10%	51,48	10.810,80
SF-01357	Grupo motor-gerador 500 kVA	un	8,00	598.563,25	4.788.506,00	0,00%	598.563,25	4.788.506,00
SF-01358	Interruptor duplo para condutele	un	4,00	26,76	107,05	19,10%	31,87	127,48
SF-01359	Leito 400x100 mm	m	550,00	199,77	109.874,00	19,10%	237,93	130.861,50
SF-01360	Leito 600x100 mm	m	160,00	228,78	36.604,85	19,10%	272,48	43.596,80
SF-01361	Luminária 2x28 W hermética de sobrepor	un	52,00	219,86	11.432,72	19,10%	261,85	13.616,20
SF-01362	Luminária LED para poste 60 W	un	2,00	409,99	819,99	19,10%	488,30	976,60
SF-01363	Luminária LED para poste 120 W	un	8,00	531,65	4.253,17	19,10%	633,19	5.065,52
SF-01364	Painel para serviços auxiliares – PAUX	un	1,00	17.913,62	17.913,62	0,00%	17.913,62	17.913,62
SF-01365	Painel para sistema de automação e comunicação – QAUT-GER	un	1,00	102.492,50	102.492,50	0,00%	102.492,50	102.492,50
SF-01366	Painel de distribuição em média tensão – PMT-GER	un	1,00	463.553,18	463.553,18	0,00%	463.553,18	463.553,18
SF-01367	Painel de paralelismo dos geradores – PBT-GER	un	1,00	693.109,22	693.109,22	0,00%	693.109,22	693.109,22
SF-01368	Painel para a galeria técnica – QGAL	un	1,00	22.794,77	22.794,77	0,00%	22.794,77	22.794,77
SF-01369	Poste curvo simples 8 metros	un	8,00	1.925,07	15.400,53	19,10%	2.292,75	18.342,00
SF-01370	Caixa de Passagem Subterrânea 300x300x500mm	un	9,00	209,82	1.888,41	19,10%	249,90	2.249,10
SF-01371	Quadro de transferência automática - QTA	un	3,00	350.091,91	1.050.275,73	0,00%	350.091,91	1.050.275,73



SENADO FEDERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTI- DADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO DIRETO TOTAL (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
SF-01372	Quadro de transferência automática para sistemas auxiliares – QTA-GER	un	1,00	53.001,50	53.001,50	0,00%	53.001,50	53.001,50
SF-01373	Caixa de Passagem Subterrânea 600x600x800mm	un	3,00	559,22	1.677,65	19,10%	666,03	1.998,09
SF-01374	Sistema de energia ininterrupta	un	2,00	105.750,00	211.500,00	0,00%	105.750,00	211.500,00
SF-01375	Kit terminal para cabo de potência, 8,7 kV/15 kV, 95 mm²	un	32,00	269,75	8.631,90	19,10%	321,27	10.280,64
SF-01376	Kit terminal para cabo de potência, 8,7 kV/15 kV, 240 mm²	un	32,00	297,11	9.507,42	19,10%	353,85	11.323,20
SF-01377	Tomada para condutele (20 A)	un	12,00	29,48	353,71	19,10%	35,11	421,32
SF-01378	Transformador a seco 2000 kVA	un	2,00	194.913,37	389.826,74	0,00%	194.913,37	389.826,74
SF-01384	Cabo de cobre nu 50 mm²	m	750,00	36,23	27.175,16	19,10%	43,15	32.362,50
SF-01385	Eletrocentro	un	1,00	2.946.382,32	2.946.382,32	0,00%	2.946.382,32	2.946.382,32
SF-01386	Haste de aterramento 3/4" x 3 m	un	30,00	233,29	6.998,75	19,10%	277,85	8.335,50
SF-01387	Leito 800x100 mm	m	85,00	255,97	21.757,37	19,10%	304,86	25.913,10
SF-01388	Engenheiro(a) eletricista pleno	hh	800,00	93,76	75.010,80	19,10%	111,67	89.336,00
SF-01389	Manutenção on site – Grupo motor-gerador e instalações associadas	un	48,00	20.200,96	969.646,08	0,00%	20.200,96	969.646,08
SF-01390	Mão francesa metálica dupla	un	230,00	104,63	24.066,01	19,10%	124,62	28.662,60
SF-01391	Óleo diesel	L	85.000,00	5,50	467.245,00	19,10%	6,55	556.750,00
SF-01392	Painel de baixa tensão para áreas externas – QEXT	un	1,00	18.488,75	18.488,75	0,00%	18.488,75	18.488,75
SF-01393	Projeto executivo de engenharia elétrica	un	1,00	114.723,04	114.723,04	0,00%	114.723,04	114.723,04
SF-01394	Projeto executivo do eletrocentro	un	1,00	10.066,05	10.066,05	0,00%	10.066,05	10.066,05
SF-01395	Remoção de sistema de automação de QTAs	un	1,00	6.945,91	6.945,91	0,00%	6.945,91	6.945,91



SENADO FEDERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTI- DADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO DIRETO TOTAL (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
SF-01397	Retrofit do sistema de comando/controle do painel de média tensão de distribuição	un	1,00	89.759,02	89.759,02	0,00%	89.759,02	89.759,02
SF-01398	Retrofit do controlador da chave de transferência automática da SE-UA	un	1,00	103.788,00	103.788,00	0,00%	103.788,00	103.788,00
SF-01399	Substituição dos Quadros de Transferência Automática	un	3,00	26.431,33	79.293,99	0,00%	26.431,33	79.293,99
SF-02602	Quadro 400x300x200 mm – fornecimento e instalação	un	8,00	529,55	4.236,40	19,10%	630,69	5.045,52
SF-02603	Concreto Usinado, fck = 25MPa	m3	125,00	340,79	42.598,17	19,10%	405,88	50.735,00
SF-02604	Estaca escavada mecanicamente - 40cm de diâmetro	m	495,00	75,07	37.158,74	19,10%	89,41	44.257,95
SF-02601	Arrasamento mecânico de estacas de concreto armado com diâmetros de até 40cm	un	45,00	10,64	478,78	19,10%	12,67	570,15
SF-02606	Armação de aço CA-60 bitolas de 5,0mm a 8,00mm	kg	822,02	15,76	12.953,69	19,10%	18,77	15.429,32
SF-02607	Pavimentação em concreto simples	m2	775,00	52,18	40.441,13	19,10%	62,15	48.166,25
SF-02608	Tubo PVC esgoto ou águas pluviais predial DN 150mm	m	76,00	68,74	5.223,97	19,10%	81,87	6.222,12
SF-02609	Alvenaria Estrutural	m2	34,00	65,01	2.210,23	19,10%	77,42	2.632,28
SF-02610	Boca de lobo simples em blocos de concreto, h=1,0 m	un	2,00	1.078,11	2.156,22	19,10%	1.284,03	2.568,06
SF-02611	Canaleta de concreto armado 30 cm x 30 cm com tampa	m	82,76	415,56	34.392,00	19,10%	494,94	40.961,23
SF-02612	Remoção de árvore, inclusive raiz	un	7,00	107,80	754,61	19,10%	128,39	898,73
SF-02613	Demolição de telhas	m2	436,00	2,52	1.096,70	19,10%	3,00	1.308,00
SF-02614	Locação de obra	m	1.800,00	44,69	80.433,64	19,10%	53,22	95.796,00
SF-02616	Projeto Executivo de Instalação de Central de Geração de Energia – Obras civis - AT 31 e AT 32	un	1,00	76.750,00	76.750,00	0,00%	76.750,00	76.750,00



SENADO FEDERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTI- DADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO DIRETO TOTAL (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
SF-02617	Poste reto 5 metros – fornecimento e instalação	un	2,00	1.347,58	2.695,16	19,10%	1.604,97	3.209,94
SF-02618	Suporte para luminária de poste simples – fornecimento e instalação	un	2,00	129,67	259,33	19,10%	154,43	308,86
CUSTO DIRETO (R\$)								17.059.838,37
CUSTO TOTAL (R\$)								17.985.924,43



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022

(Processo nº 00200.008200/2020-14)

ANEXO 4

DIRETRIZES DE SEGURANÇA, MEIOAMBIENTE E SAÚDE

A. Introdução

1. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá observar as Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde detalhadas a seguir.
2. Este anexo detalha os deveres e as responsabilidades da Contratada, sem, contudo, esgotar a matéria. Para isso, repassa as orientações e procedimentos concernentes às atividades de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente que devem ser cumpridas com o objetivo de proteger pessoas, equipamentos e instalações do Senado Federal e da Contratada, além de promover a preservação do Meio Ambiente e a aptidão ao trabalho dos trabalhadores vinculados à execução dos serviços ora contratados.
3. Além das exigências contidas neste anexo, a Contratada deve atender os requisitos dos Aspectos de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente constantes da Constituição Federal, Leis, Decretos, Portarias, Normas Regulamentadoras, Instruções Normativas e Resoluções no âmbito distrital e federal.

B. Responsabilidade Técnica

4. As ações de segurança do trabalho (projeto e execução) deverão estar vinculadas a uma ou mais ARTs registradas no CREA ou CAU, devendo permanecer vigentes durante a duração do contrato.
5. No campo “Atividades Desempenhadas”, a ART deverá indicar expressamente “projeto e execução de todas as ações de segurança do trabalho relacionadas ao Contrato XXXX, durante toda a sua vigência, celebrado entre a [nome da empresa contratada] e o Senado Federal”.
6. A Contratada poderá contratar um ou mais profissionais para o “projeto” e outro ou outros para acompanhar a “execução”, contanto que as ARTs, conjuntamente, abranjam as atividades exigidas acima, “projeto e execução”.
7. Todo estudo, planta ou relatório relacionado à segurança do trabalho deverá indicar o nome do profissional responsável pela sua elaboração e o número da ART a que esse estudo, planta ou relatório estará vinculado.

C. Proteção coletiva e individual

8. Prioritariamente, a Contratada deverá projetar e adotar medidas de proteção coletiva capazes, nesta ordem, de eliminar ou reduzir os riscos à saúde e à incolumidade física dos seus trabalhadores e de seus subcontratados. Quando as medidas de proteção coletiva se mostrarem tecnicamente inviáveis ou



SENADO FEDERAL

insuficientes para eliminar os riscos, a Contratada adotará outras medidas, obedecendo-se à seguinte hierarquia:

medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;

utilização de equipamento de proteção individual (EPI).

9. Os EPIs devem ser adequados ao risco e mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento. O uso é obrigatório nas condições indicadas no item 6.3 da NR-6, a saber:

sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;

enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,

para atender a situações de emergência.

10. A seleção e especificação técnica final e exaustiva das proteções coletivas e individuais faz parte das atribuições da Contratada, valendo-se do seu Projetista de Segurança do Trabalho.

11. Além disso, o projetista da Contratada deverá prescrever outras medidas de proteção coletiva e EPIs apurados durante a realização dos projetos de segurança do trabalho. As novas medidas e novos EPIs indicados nos projetos de segurança, embora também de fornecimento obrigatório pela Contratada, não estarão sujeitos a reembolso por parte do Senado Federal.

12. Existe presunção legítima do Senado Federal de que as empresas licitantes possuam experiência prévia na realização das atividades objeto da contratação, com plena observância das normas de segurança do trabalho. Portanto, têm plena consciência e competência para estimar os custos diretos e indiretos, permanentes e eventuais desse tipo de atividade no momento da apresentação dos lances e da proposta comercial final da licitante vencedora.

13. Durante o período de vistorias previsto no edital, as empresas licitantes terão a liberdade de revisar in loco todos os procedimentos realizados, identificar perigos e apurar todos os custos relacionados à execução do objeto antes de apresentar os seus lances e a proposta comercial final.

14. A Contratada não apenas empregará os equipamentos e medidas de proteção coletiva, mas também fornecerá aos seus funcionários e subcontratados todos os EPIs especificados pelo seu Projetista de Segurança do Trabalho, bem como os porventura exigidos por regramento oficial, federal ou local. Cumprirá, no que couber, as determinações das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial: NR 1 – Disposições Gerais; NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI; NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR 35 – Trabalho em Altura. Alguns exemplos de equipamentos, entre outros:

15. A Contratada deve sinalizar, quando aplicável e em conformidade com a legislação, os locais e áreas de risco onde serão executados os serviços contratados, indicando a obrigatoriedade de uso e o tipo adequado de EPI a ser utilizado.

16. A Contratada deverá acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPI e EPC, podendo sofrer penalidades contratuais em caso de não observância.

17. Constatada a falta ou o uso inadequado de EPI, cabe à Contratada corrigir tal não conformidade imediatamente ou retirar o empregado da exposição aos agentes agressivos, até que seja suprida a falta ou adotada a prática de uso adequado.



SENADO FEDERAL

18. A Contratada manterá organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações dos locais de execução dos serviços, das casas de máquinas, das vias de circulação, das passagens e das escadarias, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.
19. A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.
20. Todos os serviços deverão ser realizados de acordo com as normas técnicas e de segurança vigentes.
21. Caberá à Contratada comunicar à Fiscalização e, nos casos de acidentes fatais, à autoridade competente, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio.
22. O Senado Federal realizará inspeções periódicas nos locais de execução dos serviços, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.
23. A Contratada deverá indicar e manter durante a execução do Contrato Responsáveis Técnicos pelos serviços.

D. Projeto de Segurança

24. Antes do início efetivo das atividades de campo, a Contratada deverá elaborar um projeto de segurança que contemple as ações voltadas à segurança do trabalho durante o contrato.
25. O projeto deverá trazer pelo menos um capítulo para cada um dos seguintes pontos:
 - Sinalização;
 - Trabalho em altura;
 - Eletricidade;
 - Solda;
 - Movimentação de Cargas;
 - Demolições de maior porte;

D.1 Sinalização

26. O projetista deverá detalhar todos os dispositivos de sinalização e isolamento das regiões onde serão realizadas as obras.
27. A sinalização deverá ser compatível com o risco de cada área, indicando o tipo adequado de EPI a ser utilizado.
28. Caso necessário, deverá prever, detalhar, executar e manter o isolamento das áreas de risco.
29. A Contratada manterá organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações dos locais de execução dos serviços, das casas de máquinas, das vias de circulação, das passagens e das escadarias, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.



SENADO FEDERAL

30. A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.

D.2 Trabalho em altura

31. Deverão ser tomadas as medidas de proteção para trabalhos em altura, nos termos da norma NR 35 – Trabalho em altura.

32. O capítulo que tratar de trabalho em altura deverá considerar, em especial, os 13 pontos da análise de risco detalhados no item **35.4.5.1** da NR-35.

O local em que os serviços serão executados e seu entorno;

O isolamento e a sinalização no entorno da área de trabalho;

O estabelecimento dos sistemas e pontos de ancoragem;

As condições meteorológicas adversas;

A seleção, inspeção, forma de utilização e limitação de uso dos sistemas de proteção coletiva e individual, atendendo às normas técnicas vigentes, às orientações dos fabricantes e aos princípios da redução do impacto e dos fatores de queda;

O risco de queda de materiais e ferramentas;

Os trabalhos simultâneos que apresentem riscos específicos;

O atendimento a requisitos de segurança e saúde contidos nas demais normas regulamentadoras;

Os riscos adicionais ao risco do trabalho em altura, como riscos mecânicos, elétricos, contaminação, soterramento, etc.;

As condições impeditivas, ou seja, situações que impedem a realização ou continuidade do serviço que possam colocar em risco a saúde ou a integridade física do trabalhador;

As situações de emergência e o planejamento do resgate e primeiros socorros, de forma a reduzir o tempo da suspensão inerte do trabalhador;

A necessidade de sistema de comunicação; e

A forma de supervisão.

33. Caberá à Contratada garantir a implementação de todas as medidas determinadas pela norma NR 35, compreendendo, dentre outros, os seguintes procedimentos previstos:

Elaborar, emitir e encaminhar à Fiscalização as Análises de Risco – AR e Permissões de Trabalho – PT nas situações previstas na norma NR 35;

Assegurar a realização de avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, pelo estudo, planejamento e implementação das ações e medidas complementares de segurança aplicáveis. A avaliação prévia deve ser realizada no local do serviço pelo trabalhador ou equipe de trabalho, considerando as boas práticas de segurança e saúde no trabalho;

Adotar as providências necessárias para acompanhar o cumprimento das medidas de proteção estabelecidas na norma NR 35 pelas empresas contratadas, nos casos de subcontratação permitidos;

Garantir aos trabalhadores informações atualizadas sobre os riscos e as medidas de controle;



SENADO FEDERAL

Garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas na norma NR 35;

Assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível, dando ciência imediata à Fiscalização;

Estabelecer uma sistemática de autorização dos trabalhadores para trabalho em altura;

Assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela Análise de Riscos de acordo com as peculiaridades da atividade;

Assegurar a organização e o arquivamento da documentação prevista na norma NR 35;

Tomar todas as medidas para que seus empregados cumpram as disposições legais e regulamentares sobre trabalho em altura, inclusive os procedimentos expedidos pela Contratada;

Orientar seus empregados a interromper suas atividades exercendo o direito de recusa, sempre que constatarem evidências de riscos graves e iminentes para sua segurança e saúde ou a de outras pessoas, comunicando imediatamente o fato a seu superior hierárquico, que diligenciará as medidas cabíveis para o prosseguimento dos serviços de forma segura e dará ciência imediata à Fiscalização;

Assegurar que seus empregados zelem por sua segurança e saúde e a de outras pessoas que possam ser afetadas por suas ações ou omissões no trabalho;

Disponer de equipe capacitada e treinada para trabalhos em altura, conforme item 35.3 da norma NR 35, de forma a garantir que todo trabalho em altura será planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado; e

Avaliar o estado de saúde dos seus empregados que exercem atividades em altura, garantindo o previsto no item 35.4.1 da norma NR 35, mantendo cadastro atualizado que permita conhecer a abrangência da autorização de cada trabalhador para trabalho em altura. Tal cadastro poderá ser solicitado pela Fiscalização para averiguação.

34. No planejamento do trabalho em altura, devem ser adotadas as seguintes medidas pela Contratada, de acordo com a hierarquia abaixo, conforme item 35.4.2 da norma NR 35:

Medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução. Adotar um meio alternativo de execução sem expor o trabalhador ao risco de queda é a melhor alternativa; e

Medidas que minimizem as consequências da queda, quando o risco de queda não puder ser eliminado.

D.2.1 Andaimes

35. Os andaimes serão montados sempre que for necessário executar trabalhos em lugares elevados, onde eles não possam ser realizados com segurança a partir do piso da edificação e cujo tempo de duração, tipo de atividade ou normas de segurança não permitam o uso de escadas.

36. O planejamento e a montagem de qualquer tipo de andaimes seguirão estritamente as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial a NR-1, NR-18 e NR-35.



SENADO FEDERAL

- 37.** Serão tomadas precauções especiais quando da montagem ou movimentação de andaimes próximos a redes de energia elétrica. Os andaimes não serão sobrecarregados além do limite previsto, mantendo-se a carga de trabalho distribuída no estrado, de maneira uniforme, sem obstruir a circulação de pessoas.
- 38.** Não será permitido o acúmulo de fragmentos, ferramentas ou quaisquer materiais sobre os andaimes, de maneira a oferecerem perigo ou risco aos trabalhadores ou pessoas estranhas ao serviço, ou risco de dano ao patrimônio do Senado Federal ou de terceiros.
- 39.** Não será permitido sobre os estrados dos andaimes a utilização de escadas ou outros meios para atingir lugares mais altos.
- 40.** Não será permitido o trabalho em andaimes externos, de qualquer tipo, quando da ocorrência de ventos fortes.

D.3 Segurança em instalações elétricas

- 41.** Os trabalhadores autorizados a intervir em instalações elétricas devem possuir treinamento específico sobre os riscos decorrentes do emprego da energia elétrica e as principais medidas de prevenção de acidentes em instalações elétricas, de acordo com o estabelecido no Anexo II da norma NR 10. Além disso, deverão utilizar EPI adequado à execução de tarefas em áreas com instalações elétricas, seguindo fielmente as orientações incluídas no Projeto de Segurança do Trabalho.

D.4 Solda

- 42.** No capítulo sobre o serviço de solda, o projeto de segurança deverá cobrir pelo menos os seguintes pontos:

Detalhamento do serviço de solda, os locais onde serão realizados e equipamentos utilizados (máquinas, maçaricos, metais de fluxo e de preenchimento);

Caracterização dos fumos produzidos;

Detalhamento dos equipamentos de proteção respiratória, individuais e coletivos, a serem utilizados pela equipe;

Medidas para contenção e eliminação de resíduos de dentro do datacenter;

Prevenção e combate a incêndio durante a solda, dentro e fora do datacenter, incluindo medidas complementares às existentes no datacenter.

D.5 Movimentação de cargas

- 43.** No capítulo sobre movimentação de cargas, o projeto de segurança deverá cobrir pelo menos os seguintes pontos:

Detalhamento das principais operações de movimentação de cargas pesadas (ou seja, que exijam o uso de equipamentos como caminhões Munck, paleteiras, etc.), indicando inclusive a carga a ser movimentada e os equipamentos a serem utilizados;

Detalhamento das medidas de proteção coletivas a serem adotadas durante os procedimentos;

Detalhamento das medidas de proteção individuais a serem adotadas durante os procedimentos.

- 44.** Plano de Acesso e de Içamento (Rigging) deve conter:



SENADO FEDERAL

Relatório de inspeção ao local onde será instalado o eletrocentro e os geradores, bem como o acesso até o local.

Identificação do percurso e todas as interferências que se sujeitará o veículo de transporte para acessar o local de descarga e para o içamento do eletrocentro e dos geradores;

Relatório com o plano de acesso e içamento contendo todas as interferências, as sugestões de medidas a serem tomadas para possibilitar ou facilitar o acesso, o posicionamento dos veículos de transporte e do veículo de içamento;

O plano de acesso e içamento deverá conter registro fotográfico e plantas de locação;

D.6 Demolição

45. No capítulo sobre demolição, o projeto de segurança deverá cobrir pelo menos os seguintes pontos:

Plantas ou esquemas da edificação com indicação precisa das áreas a serem protegidas e preservadas, inclusive edificações e instalações vizinhas;

Desenhos de detalhes do método de demolição, com indicação da sequência de operações e detalhes de proteção das partes da edificação a serem conservadas ou das edificações vizinhas;

Relatório técnico que contenha os volumes dos materiais a serem removidos e distâncias de transporte pertinentes ao projeto de demolição.

E. Do manejo de equipamentos, materiais e resíduos

46. Todos os resíduos, incluindo lubrificantes e gases refrigerantes, e os materiais inservíveis provenientes dos serviços de substituição, instalação e manutenção ora especificados serão descartados pela Contratada conforme a legislação ambiental Distrital e Federal. O descarte deverá ser detalhado formalmente à Fiscalização com antecedência.

47. Correrá por conta da Contratada o transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.

48. A Contratada será responsável pelo eventual descumprimento das normas de higiene e segurança do trabalho por parte de seus empregados nas atividades realizadas nas dependências do Senado.

49. A presença da Fiscalização durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação vigente.

50. Devem ser previstas no âmbito da contratação a obtenção de licenças e alvarás para desmontagem e descarte do sistema de armazenamento de óleo diesel existente.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022

(Processo nº 00200.008200/2020-14)

ANEXO 5

DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO, COMUNICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

A. PLANEJAMENTO

1. No âmbito desse Edital, são considerados documentos de Planejamento físico-financeiro: Cronograma Executivo Físico-Financeiro e Histograma da intervenção. Esses documentos deverão ser elaborados pela Contratada.
2. A execução dos serviços previstos em Edital, bem como as atividades relacionadas à Fiscalização e à gestão da execução contratual deverão ser precedidas das Diretrizes de Planejamento abaixo detalhadas:
 - 2.1. Deverá ser apresentado o cronograma de barras (diagrama de Gantt), identificando o caminho crítico, de modo a: estabelecer a sequência lógica de execução das atividades; indicar as interdependências entre as atividades, suas interfaces e o caminho crítico; servir de base ao cumprimento dos prazos contratuais; estudar as alternativas para a condução das atividades (simulações) e emitir relatórios das simulações sempre que solicitado pela Fiscalização.
 - 2.2. O planejamento e controle das atividades pela contratada deverão ser compatíveis com os prazos estabelecidos no contrato;
 - 2.3. A contratada deve utilizar software compatível com o “MSPROJECT” para elaboração e acompanhamento do cronograma detalhado dos serviços, de acordo com orientação da Fiscalização. Durante o andamento dos serviços, a contratada conjuntamente com a fiscalização avaliará, semanalmente, o planejamento existente e, se necessário, procederá às devidas revisões;
 - 2.4. A contratada deverá elaborar e submeter à aprovação da fiscalização programação diária das atividades com antecedência mínima de uma semana da execução, especificando: a duração de cada atividade; o local de execução e necessidades de interrupção na energia elétrica. Qualquer modificação dessa programação deverá ser aprovada pela Fiscalização. A programação física diária deve estar em consonância com o cronograma físico;
 - 2.5. Deverá ser entregue mensalmente à Fiscalização relatório completo das atividades contendo, no mínimo, as seguintes informações: histórico de todas as fases da execução até o momento e relatório fotográfico dos principais eventos e atividades do contrato.
3. A Fiscalização poderá solicitar reuniões com a Contratada para discussão do planejamento da intervenção.
4. A Contratada deverá executar os serviços/atividades conforme sequência, prazos e recursos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro.



SENADO FEDERAL

5. A Fiscalização poderá solicitar a formalização de prazos e datas específicas de fornecimento de equipamentos, materiais e serviços subcontratados pela Contratada.
6. A Fiscalização poderá incorporar ao Cronograma Físico-Financeiro eventuais ocorrências que afetem o regular funcionamento das atividades do Senado Federal (extensão e compressão no prazo de atividades; previsão de suspensão de atividades, por exemplo).
7. O Índice de Realização Física do Contrato – IRF é definido como a relação entre o percentual realizado acumulado de execução e o percentual planejado acumulado de execução da intervenção: (%) Realizado Acumulado / (%) Planejado Acumulado.
8. A revisão dos documentos de planejamento inicialmente aprovados poderá ser autorizada pela Fiscalização nos seguintes casos:
 - 8.1. Abono de prazo concedidos pelo Senado Federal;
 - 8.2. Índice de Realização Física do Contrato – IRF abaixo de 65%; ou
 - 8.3. Outra razão julgada relevante pela Fiscalização.
9. O replanejamento que não tenha sido motivado por abono de prazo concedido pelo Senado Federal, inclusive aquele com base no IRF (abaixo de 65%), não poderá alterar a data de término da intervenção estabelecida em contrato.

B. COMUNICAÇÃO

10. Toda comunicação técnica da Contratada ao Senado Federal, relacionada à intervenção, deverá ser destinada à Fiscalização por meio dos documentos estabelecidos nesse edital.
11. A Contratada deverá formalizar toda comunicação relacionada à intervenção em Relatório Diário de Obra (RDO) e encaminhado ao endereço eletrônico (e-mail) indicado pela Fiscalização conforme MODELO 1, abaixo.
12. A Fiscalização poderá formalizar as comunicações e decisões de reuniões técnicas em atas elaboradas e encaminhadas por meio eletrônico.
13. Assuntos diversos que requeiram ação mais célere e urgente da Fiscalização deverão ser imediatamente comunicados através de contato telefônico ou verbal e, posteriormente, formalizados através de correio eletrônico e/ou documentos próprios previstos nesse edital.
14. Compete apenas à Fiscalização decidir sobre a paralização de serviços, bem como aprovar o respectivo registro da paralização e do seu eventual impacto no RDO.
15. Desde de o início do contrato, a Contratada deverá disponibilizar no local da intervenção, em formato especificado pela Fiscalização, os seguintes documentos, impressos em papel, e em lugar de fácil acesso:
 - 15.1. Cronograma Físico-Financeiro;
 - 15.2. Projetos (Arquitetônico e de Instalações);
 - 15.3. Anotação de Responsabilidade Técnica da execução;



SENADO FEDERAL

C. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

16. A Fiscalização poderá solicitar reuniões periódicas à Contratada para acompanhamento da evolução dos serviços, bem como discutir questões técnicas de qualidade e gestão.

17. Qualquer necessidade de alteração no projeto (inclusive com a inclusão de novos serviços) durante a execução da intervenção deverá ser formalizada pelo proponente da alteração (Contratada, Fiscalização ou Demandante) por meio de formulário específico de solicitação de mudança de projeto, conforme MODELO 2, contendo também:

17.1. Identificação de eventuais impactos em prazos e custos; e

17.2. Identificação dos riscos e oportunidades que possam impactar no sucesso da intervenção.

18. O Formulário de Solicitação de Mudança (MODELO 2) deve ser aprovado pela Fiscalização, e a efetivação das modificações propostas estarão condicionadas à celebração de Termo contratual para eventuais serviços adicionais necessários.

19. As medições serão formalizadas através de um Boletim de Medição específico para cada intervenção. O modelo orientativo será disponibilizado pela fiscalização.

20. Compete à Fiscalização do Senado Federal, entre outras atividades:

20.1. Sanar dúvidas e questionamentos acerca de especificações técnicas e composição dos serviços, quando pertinentes.

20.2. Gerenciar a atuação integrada da Contratada com outras empresas e serviços prestados no âmbito de outros contratos e órgãos do Senado Federal.

20.3. Realizar a interlocução com terceiros impactados pela intervenção.



SENADO FEDERAL

D. MODELO 1 – RDO

SENADO FEDERAL		RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRAS (RDO)								
RDO Nº: 2		segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018								
DADOS DA OBRA E INFORMAÇÕES CONTRATUAIS										
Objeto do Contrato: Execução de manutenção de revestimentos de mármore nas fachadas do Edifício Principal e Anexo 01 do SENADO										
PROCESSO Nº: 00200.005231/2014-67		CONTRATO Nº: 03/2018								
DATA DE INÍCIO DA OBRA: 19/02/2017		DATA DE TÉRMINO: 19/06/2017								
PRAZO DIAS: 120		DIAS DECORRIDOS: 0								
DISCIPLINA: () Mecânica () Bétrica (x) Civil (x) Outros: ADEQUAÇÃO E REFORMA		DIAS FALTANTES: 120								
QUANTIDADE DO EFETIVO										
Função	M.O - DIRETA		M.O - INDIRETA		TOTAL		Equipamentos	Quantidade		
	Prog.	Real	Prog.	Real	Prog.	Real		Prog.	Real	
Engenheiro Civil					0	0				
Auxiliar de Escritório					0	0				
Mestre de Obra					0	0				
Eletricista					0	0				
Encarregado					0	0				
Encanador					0	0				
Ajudante					0	0				
Pedreiro					0	0				
Carpinteiro					0	0				
Armador					0	0				
Serralheiro					0	0				
TOTAL Funcionários		0	0	0	0	0	0	TOTAL	0	0
ITENS	ATIVIDADES DIÁRIAS DETALHADAS						STATUS			
							INICIADO	EXISTENTE	CONCLUÍDO	PARALIZADO
OBSERVAÇÕES CONTRATADA										
OBSERVAÇÕES FISCALIZAÇÃO										
Condições do Tempo										
PERÍODO	BOM	CHUVOSO	HORAS		Representante da Contratada			Representante da Contratante		
MANHÃ	X		1:00							
TARDE	X		1:00							
NOITE	X		1:00							
TOTAL DE HORAS			3:00							



SENADO FEDERAL

E. MODELO 2 – FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA				
Nome do Projeto:		Mudança número:		
Requisitada por (com assinatura):		Data da solicitação:		
Impacto na Etapa:	Alto	Médio	Baixo	
Descrição da mudança				
Motivação da mudança				
Descrição do Impacto				
Escopo (incluir ID PFF)				
Custo				
Tempo				
Risco				
Satisfação do Cliente				
Qualidade				
(Outros)				
APROVADA:		<input type="checkbox"/>	REJEITADA: <input type="checkbox"/>	
JUSTIFICATIVA EM CASO DE REJEIÇÃO:				
Assinaturas dos Responsáveis				
Assinatura gerente de projeto		Assinatura fiscalização do projeto		
Data		Data		
(outras assinaturas, conforme o caso)				



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022

(Processo nº 00200.008200/2020-14)

ANEXO 6

TERMO DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico **[Identificação do Pregão]**, que a empresa **[Identificação da licitante]**, por intermédio do(a) Sr(a) **[Identificação do Representante Legal]**, portador(a) do CPF nº [.....] e RG nº [.....], vistoriou os locais de prestação dos serviços.

Local e data

Assinatura e carimbo

(Representante do Senado Federal)

(Matrícula nº: _____)



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022

(Processo nº 00200.008200/2020-14)

ANEXO 7

PRANCHAS GRÁFICAS

As pranchas gráficas serão disponibilizadas às licitantes pela COPELI.

[Observação: A COPELI disponibilizará às licitantes o arquivo constante do Termo de Referência – NUP 00100.010203/2022-08 (ANEXO: 006)].



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022

(Processo nº 00200.008200/2020-14)

ANEXO 8

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, para o **fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia para a nova central de geração de energia elétrica de emergência para o Senado Federal, compreendendo a aquisição de equipamentos, execução de serviços de infraestrutura e assistência técnica pelo período de 48 (quarenta e oito) meses consecutivos.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) ____-____ e (____) ____-____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____ /____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO** nº ____/20____, homologado pela Senhora Diretora-Geral, conforme documento digital nº _____do Processo nº _____, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº _____, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 e do Ato da Diretoria-Geral nº 9 de 2015, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o **fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia para a nova central de geração de energia elétrica de emergência para o Senado Federal, por meio do regime de empreitada integral, compreendendo a aquisição de equipamentos, execução de serviços de infraestrutura e assistência técnica pelo período**



SENADO FEDERAL

de 48 (quarenta e oito) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato, do edital e seus anexos, que integram este contrato para todos os fins.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I -** manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II -** apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III -** efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV -** manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;
- V -** responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos que tenham conexão com a execução do objeto contratado, causados ao SENADO;
- VI -** manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;
- VII -** responsabilizar-se pela direção técnica e a execução dos serviços descritos neste contrato, no edital e seus anexos, cabendo ao SENADO apenas a função de zelar pelo cumprimento do contrato segundo os ditames legais e da boa técnica.
- VIII -** executar, às suas expensas, os serviços necessários à completa e perfeita execução do objeto da contratação, não sendo admitidas alegações por parte da CONTRATADA de desconhecimento ou omissões;
- IX -** zelar pelo patrimônio público, acionando a Fiscalização quando observar a possibilidade de risco de danos ao patrimônio;
- X -** zelar pela saúde de todos que transitam pelo SENADO, acionando a Fiscalização quando observar a possibilidade de risco à saúde de qualquer pessoa que esteja nas dependências do SENADO;
- XI -** designar formalmente pelo menos um preposto e um substituto para representar a CONTRATADA na execução do contrato, indicando números de telefone e endereços de



SENADO FEDERAL

correio eletrônico para contato, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da assinatura do contrato.

a) O preposto representará à CONTRATADA frente à Administração nas tratativas de caráter técnico-administrativo essenciais à normal execução contratual, em estrita observância ao Capítulo III do Código Civil Brasileiro (“Dos Prepostos”), ao art. 68 da Lei nº 8.666/93 e demais regulamentos aplicáveis, com, no mínimo, os poderes indicados no modelo de designação de preposto constante do Anexo 9 do edital.

b) Deverá ser demonstrada a competência do signatário para delegar poderes aos prepostos, mediante a apresentação de documentação comprobatória (contrato social, atas de assembleia, procurações etc.).

XII - obedecer rigorosamente às normas internas do SENADO relativas à segurança física e higiene do trabalho, bem como qualquer outra que discipline as atividades internas do SENADO;

XIII - providenciar, às próprias custas, a execução de sinalização (placas, cavaletes, faixas, tapumes) necessária para informar sobre:

a) Transtornos inerentes à execução dos serviços.

b) Rotas alternativas de trânsito dos servidores para evitar áreas de maior risco de acidentes.

c) Responsabilizar-se por acidentes que venham a ocorrer por falta ou deficiência de sinalização durante a execução dos serviços.

d) Tomar todas as providências necessárias para a manutenção da estética nos locais que sofrerão intervenções.

XIV - manter o local dos serviços permanentemente limpo, livre de quaisquer sujidades causadas pela sua execução, procedendo tanto à limpeza grossa quanto à fina logo após o término de quaisquer trabalhos;

XV - remover detritos resultantes dos serviços, que deverão ser devidamente acondicionados, transportados e depositados em locais apropriados, para reciclagem ou descarte, de acordo com as normas aplicáveis;

XVI - proteger paredes, pisos, portas, móveis e objetos das áreas próximas, utilizando lonas ou outros materiais adequados, se necessário;

XVII - recolocar, nos respectivos lugares, móveis e equipamentos quando removidos para a execução dos serviços;



SENADO FEDERAL

XVIII - retirar do SENADO todas as ferramentas, equipamentos e materiais de sua propriedade dentro do prazo de 7 (sete) dias corridos após o término da vigência do contrato;

XIX - providenciar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da Fiscalização, recursos técnicos mais experientes ou qualificados para sanar quaisquer dúvidas técnicas que não forem esclarecidas pela equipe disponíveis no SENADO;

XX - fornecer previamente ao gestor do contrato relação dos seus profissionais e veículos que poderão ter acesso ao SENADO, para registro e autorização de entrada pela Secretaria de Polícia Legislativa, informando os respectivos dados de identificação (nome, CPF, marca, modelo, cor, placa, etc.);

XXI - manter disciplina nos locais dos serviços e retirar e substituir, imediatamente, o empregado com conduta inconveniente, responsabilizando-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança determinadas pelo SENADO, e instruindo-os quanto à prevenção de incêndios nas áreas do SENADO;

XXII - designar Responsáveis Técnicos pela execução, obrigatoriamente detentores de acervo técnico comprovado pelos atestados apresentados para habilitação ao certame licitatório. Esses profissionais deverão responsabilizar-se pela execução dos serviços, bem como supervisioná-los, nas condições definidas neste contrato, no edital e seus anexos, devendo durante toda a vigência contratual, inspecionar pessoalmente as instalações para execução, instrução, conferência e garantia da qualidade técnica;

XXIII - apresentar, às suas expensas, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) assinada pelo(s) Engenheiro(s) Responsável(eis) Técnico(s) pela execução dos serviços, com registro válido no CREA, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da data de assinatura do contrato;

XXIV - apresentar à Fiscalização, sempre que solicitado, detalhamento por escrito de qualquer procedimento ou serviço executado; e

XXV - fornecer todos os materiais em quantidade necessária à execução dos serviços, inclusive com relação aos prazos estabelecidos, salvo o disposto em contrário no Caderno de Especificações Técnicas (Anexo 2 do edital).

a) Todos os materiais a serem empregados deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e satisfazer rigorosamente às condições estipuladas no citado Caderno de Especificações Técnicas;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Fiscalização poderá solicitar à CONTRATADA que submeta qualquer material ao seu exame e aprovação, podendo impugnar seu emprego quando em desacordo com o Caderno de Especificações Técnicas (Anexo 2 do edital), com o contrato ou com a proposta técnica e comercial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os materiais fornecidos pela CONTRATADA que serão empregados nos serviços deverão possuir, no mínimo, garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.

PARÁGRAFO QUARTO A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO SENADO

São obrigações do SENADO, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - promover o cumprimento do contrato e documentos correlatos;
- II** - dirimir eventuais dúvidas da CONTRATADA;
- III** - cumprir os termos e prazos descritos neste contrato e no Caderno de Especificações Técnicas (Anexo 2 do edital);
- IV** - recusar qualquer documento, equipamento, material ou serviço entregue, fornecido ou prestado em desacordo com as especificações constantes neste contrato, no Caderno de Especificações Técnicas (Anexo 2 do edital); nas normas técnicas, em documentos contratuais ou com o bom padrão de acabamento e qualidade;
- V** - permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços, de acordo com as normas internas do SENADO;



SENADO FEDERAL

VI - determinar à CONTRATADA a substituição de qualquer profissional a ela vinculado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração Pública;

VII - efetuar os pagamentos devidos, nos termos contratados.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A **CONTRATADA** executará os serviços objeto deste contrato, pelo regime de empreitada integral, compreendendo o fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia para a nova central de geração de energia elétrica de emergência para o Senado Federal, no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, localizado em Brasília – DF, de acordo com as etapas, prazos e especificações detalhadas nesta cláusula e no Caderno de Especificações Técnicas (Anexo 2 do edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá à CONTRATADA cumprir na íntegra o disposto no Caderno de Especificações Técnicas (Anexo 2 do edital), parte integrante deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As atividades contratuais (projeto, adequações de infraestrutura e manutenção) deverão ser continuamente acompanhadas por profissionais da CONTRATADA, garantindo a execução dos serviços conforme o projeto, as normas técnicas vigentes e as boas práticas de engenharia.

I - Ressalta-se que o acompanhamento durante cada etapa de execução poderá ser feito por um conjunto de profissionais distintos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os profissionais deverão emitir as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), devidamente registradas no CREA-DF, a serem entregues antes do início de cada atividade. Deverão ser emitidas ARTs que englobem a totalidade do objeto contratado, sendo necessárias ARTs específicas para no mínimo as seguintes parcelas do objeto.

I - Projetos executivos;

II - Projetos de Segurança do Trabalho;

III - Obras de infraestrutura;

IV - Manutenção *on site*;

V - Execução das ações de Segurança do Trabalho no âmbito do Contrato;

VI - Içamento/*rigging*/movimentação de carga.

PARÁGRAFO QUARTO - Os serviços deverão ser realizados com garantia de operação do sistema de geração existente. Destarte, só após a completa liberação do novo sistema, poderá ser realizada a demolição da área de descarga dos geradores existentes.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO - Os serviços de interligação das novas redes de média tensão ao painel de distribuição existente, bem como a substituição das CTAs somente poderão ser executados nos feriados e finais de semana.

PARÁGRAFO SEXTO - Para a execução do objeto serão emitidas as seguintes Ordens de Serviço Específicas, conforme estabelecido no Anexo 2 do edital:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Planejamento Executivo: Envolve a elaboração de cronograma executivo; Projetos de Segurança do Trabalho; Projetos Executivos de Engenharia Elétrica, Equipamentos e Obras civis.	60 dias corridos após a emissão da OS A OS será emitida em até 10 dias corridos após a publicação do contrato assinado.
2	Fornecimento de equipamentos: Grupos moto-geradores; Transformadores 2000 kVA; Painéis auxiliares; Painéis de automação; Pannel de Média Tensão; QTAs; Pannel de paralelismo dos geradores; e Eletrocentro.	240 dias corridos após a Emissão da OS. A OS será emitida em até 5 dias corridos após o término da Etapa 1.
3	Obras civis e infraestrutura elétrica	240 dias corridos após a Emissão da OS. A OS será emitida em até 30 dias corridos após o término da Etapa 1.
4	Comissionamento e testes	30 dias após a emissão da OS. A OS será emitida em até 5 dias corridos após o término das Etapas 2 e 3.
5	Serviços de Assistência Técnica	Até 48 meses após o comissionamento do novo sistema de geração. A OS será emitida em até 5 dias corridos após o término da Etapa 4.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A ordem de serviço deverá ser recebida pela CONTRATADA diretamente do gestor deste contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO OITAVO – Os pagamentos serão realizados após o término de cada etapa.

I – No caso da Etapa 2, como critério de pagamento, será remunerado o valor correspondente a 50% do valor de cada um dos equipamentos listados no Anexo 3 do Edital (Planilha de Quantitativos e Planilha Orçamentária) após a entrega em obra.

a) No caso dos grupos moto-geradores, os equipamentos devem ser descarregados sobre as suas bases de concreto previstas em projeto.

II – Na Etapa 4 serão remunerados os 50% restantes do valor dos equipamentos citados no inciso anterior.

PARÁGRAFO NONO – Após a finalização das etapas de projetos, intervenções de infraestrutura, obras civis, fornecimento e instalação de equipamentos (Etapas 1 a 4), o objeto será recebido:

I – Provisoriamente, pelo órgão recebedor do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações. O Recebimento Provisório só será emitido após a verificação da operação do objeto conforme o Caderno de Especificações Técnicas (Anexo 2 do edital). O objeto deverá estar pronto para uso pelo SENADO sem que seja necessário qualquer equipamento, serviço ou ajuste adicional para a plena operação do sistema; e

II – Definitivamente, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no §8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, por comissão designada pela Diretora-Geral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades, especificações do objeto e da sua instalação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os serviços de assistência técnica (Etapa 5) serão recebidos mensalmente, perante a conclusão dos serviços previstos, apresentação do relatório de manutenção e respectiva aprovação pela Fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - No caso dos equipamentos, o prazo de garantia deverá ser de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data da emissão do Termo de Recebimento Provisório, ou o prazo de garantia oferecido pelo fabricante, o que for maior.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de equipamentos, materiais ou serviços considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA QUINTA - DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

As especificações dos materiais e equipamentos foram elaboradas visando o uso de materiais sustentáveis e ecológicos, bem como ao atendimento ao Ato da Diretoria-Geral no. 11 de 2018.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser precedida das Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) detalhadas nesta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Essas exigências definem os deveres e as responsabilidades da CONTRATADA e estabelecem as orientações e procedimentos concernentes às atividades de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente, que devem ser cumpridas, com o objetivo de proteger pessoas, equipamentos e instalações do SENADO e da CONTRATADA, e promover a preservação do Meio Ambiente e a aptidão ao trabalho dos seus empregados, em decorrência da execução dos serviços ora contratados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA deve atender aos requisitos de Proteção ao Meio Ambiente constantes da Constituição Federal, Leis, Decretos, Portarias, Normas Regulamentadoras, Instruções Normativas e Resoluções no âmbito federal, estadual e municipal.

PARÁGRAFO QUARTO - Caberá à Contratada implementar a logística reversa dos materiais, quando aplicável.

PARÁGRAFO QUINTO - Nenhuma substância deve ser descartada sem prévia análise de suas consequências e impactos ao Meio Ambiente.

- I** - A Fiscalização deve ser informada com antecedência quando da necessidade de descarte de quaisquer substâncias, bem como quanto aos procedimentos a serem utilizados pela CONTRATADA para atender aos requisitos legais e para prevenir ocorrências anormais, acidentes e impactos indesejados ao meio ambiente.

PARÁGRAFO SEXTO - Correrá por conta da CONTRATADA o transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O descarte dos resíduos da construção civil (entulho) deverá seguir as normas e orientações do Comitê Gestor de Resíduos Sólidos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal. As caçambas, o transporte e o descarte deverá ser feito por empresas credenciadas e conforme as normas vigentes.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº _____, não sendo permitida em nenhuma hipótese o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.

Item	Unidade	Quantidade	Especificação	Preço Unitário (R\$)	Preço Total para 60
------	---------	------------	---------------	----------------------	---------------------



SENADO FEDERAL

					meses (R\$)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor global estimado do presente instrumento é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/1993, condicionado à aprovação da medição pela fiscalização, conforme previsto nos Parágrafos Nono e Décimo, respectivamente, da Cláusula Quarta, e à apresentação da garantia na forma da Cláusula Décima.

- I -** A não apresentação da garantia na forma prevista na Cláusula Décima não impede o pagamento do objeto, mas autoriza o SENADO a adotar a medida prevista no Parágrafo Décimo daquela Cláusula.
- II -** O pagamento será realizado após o término de cada etapa prevista no Parágrafo Sexto da Cláusula Quarta.
- III -** Os serviços de Assistência Técnica (Etapa 5) serão remunerados mensalmente a partir do primeiro mês subsequente à conclusão de instalação de equipamentos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Terceira.

PARÁGRAFO QUARTO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo segundo desta cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no



SENADO FEDERAL

parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Os valores mensais referentes à assistência técnica poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, observada a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou por outro indicador que venha substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O arredondamento de valores e preços da presente contratação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

I – Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

II – Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no inciso ‘I’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01.031.0034.4061.5664 e Natureza de Despesa 449051 / 449052 / 339039, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho n.º _____.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I – Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – Seguro-Garantia; ou

III – Fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da via assinada do contrato, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para renová-la ou complementá-la, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia deverá assegurar o pagamento de:



SENADO FEDERAL

I – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

II – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

I – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

II – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.

II – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de



SENADO FEDERAL

multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral ou Diretor-Executivo de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

PARÁGRAFO ÚNICO - A existência de fiscalização pela SENADO, não diminui nem atenua a responsabilidade da CONTRATADA pela execução de qualquer serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

O SENADO poderá, nos termos da lei, autorizar a subcontratação parcial, objetivando o bom andamento do serviço, mediante justificativa a ser apresentada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso a CONTRATADA necessite subcontratar partes específicas do objeto, dentre as informadas nesta Cláusula, no curso da vigência deste instrumento, deverá submeter ao gestor do contrato, para deliberação, solicitação prévia com justificativa detalhada, contendo, no mínimo:

- I** - Descrição dos serviços a serem executados pela subcontratada;
- II** - Comprovação de capacidade técnica nos mesmos moldes do que deve ser apresentado pela CONTRATADA na fase de habilitação;
- III** - Cópia do Contrato Social da empresa a ser subcontratada; e
- IV** - Declaração de responsabilidade quanto à análise da conformidade documental e habilitação da subcontratada, inclusive quanto à compatibilidade da empresa frente ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado, devendo a CONTRATADA zelar rigorosamente pela execução dos serviços subcontratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A subcontratação está limitada aos itens apontados no Anexo 3.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre o SENADO e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações legais e contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá informar previamente ao gestor deste contrato a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste instrumento, bem como qualquer substituição de subcontratada, e, se autorizadas, comprovadas com os respectivos contrato e distrato entre as partes ou outro instrumento equivalente.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA tomará as providências cabíveis e responsabilizar-se-á pelo pleno atendimento, por parte das empresas subcontratadas, às determinações do edital, do contrato e seus anexos. Deverá ainda supervisionar e coordenar os trabalhos das subcontratadas, assumindo total responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá comprovar que a subcontratada atende às condições de habilitação, mediante a apresentação dos documentos exigidos no item 12.1; na alínea “a” do subitem 12.3.1; alínea “b” do subitem 12.3.2; subalíneas “a.1” e “a.2” do item 12.3.3 do edital, bem como capacidade técnica compatível com o objeto da subcontratação, devendo substituir de comum acordo com o gestor, a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA deverá substituir a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato ou instrumento equivalente de prestação de serviços que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

PARÁGRAFO NONO - É vedada a subcontratação da totalidade dos serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;



SENADO FEDERAL

IV – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

I – apresentar documentação falsa;

II – fraudar a execução do contrato;

III – comportar-se de modo inidôneo;

IV – fazer declaração falsa;

V – cometer fraude fiscal;

VI – retardar a execução do objeto;

VII – falhar na execução do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

PARÁGRAFO QUARTO – Decorrido o prazo previsto para o início deste contrato, sem que a CONTRATADA dê início à prestação do objeto, conforme os prazos estabelecidos neste contrato, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas nesta cláusula, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Quarto.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula Sexta, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Quarto.

PARÁGRAFO SEXTO – Findo o prazo limite previsto no Parágrafo Quarto, sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste contrato, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Quarto, podendo ainda o SENADO, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela empresa e impor outras sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quarto e Quinto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO OITAVO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima sujeitará a CONTRATADA à multa de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor global do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, considerando sempre o maior prazo constante na cláusula de vigência, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Décima.

PARÁGRAFO NONO – O retardamento da execução restará configurado quando a CONTRATADA:

I - Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 10 (dez) dias úteis contados da data de emissão da Ordem de Serviço;

II - Uma vez iniciado algum serviço, interromper sua execução por mais de 5 (cinco) dias úteis seguidos ou 10 (dez) dias úteis intercalados sem que exista um motivo de ordem técnica, que deverá ser apresentado à Fiscalização, por escrito, juntamente com as alternativas possíveis, para a retomada dos trabalhos.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A falha na execução do contrato restará configurada quando:

I - Nos últimos 12 (doze) meses contínuos de execução contratual, a CONTRATADA cometer uma quantidade de infrações cujo somatório de pontos correspondentes, conforme Tabela 1 – Correspondência entre grau da infração e quantidade de pontos atribuídos, atinja ou ultrapasse 30 (trinta) pontos:



SENADO FEDERAL

Tabela 1 – Correspondência entre grau da infração e quantidade de pontos atribuídos

Grau da infração	Quantidade de pontos atribuídos
Leve	1 ponto por infração
Média	2 pontos por infração
Grave	3 pontos por infração

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO- Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o SENADO aplicará sanções, por infração, conforme os graus, as correspondências, as descrições e as incidências estabelecidas na Tabela 2 – Grau e correspondência de cada infração e na Tabela 3 – Infrações:

Tabela 2 – Grau e correspondência de cada infração

Grau da infração	Correspondência
Leve	Advertência (na primeira infração)
	Multa no valor de 0,1 %, por incidência, sobre o valor total do Contrato (após a primeira infração)
Média	Multa no valor de 0,25 %, por incidência, sobre o valor total do Contrato
Grave	Multa no valor de 0,5 %, por incidência, sobre o valor total do Contrato

Tabela 3 – Infrações

Item	Descrição	Grau	Incidência
# 1	Atrasar, sem justificativa aceita pela Fiscalização, prazos finais ou intermediários previstos neste contrato, no edital e seus anexos, e no cronograma de execução aprovado.	Leve	Por dia útil de atraso
# 2	Deixar de ter Responsável Técnico acompanhando qualquer tipo de serviço, conforme demanda da Fiscalização ou exigência do contrato, no edital e seus anexos.	Média	Por ocorrência e por dia
# 3	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, em desacordo com as especificações do contrato, do edital e seus anexos, nas normas técnicas, em documentos contratuais ou com o bom padrão de acabamento e qualidade ou deixar de providenciar recomposição complementar	Média	Por ocorrência
# 4	Empregar, na prestação de serviço, materiais que não sejam novos, em desacordo com as especificações do contrato, edital e seus anexos, nas normas técnicas, em documentos contratuais ou com o bom padrão de acabamento e qualidade ou sem aprovação da Fiscalização	Média	Por ocorrência
# 5	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços, sem uniforme completo, sem crachá ou com conduta incompatível com suas atribuições e ambiente de trabalho	Média	Por empregado e por dia



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Grau	Incidência
# 6	Pela não emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT, nas condições e nos prazos legais, em caso de acidente de trabalho ocorrido com seus empregados vinculados à execução deste Contrato. A CAT deverá ser apresentada à Fiscalização	Grave	Por ocorrência
# 7	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) ou coletivo (EPC), quando necessários, ou sem seguir os procedimentos de segurança apropriados	Grave	Por ocorrência
# 8	Utilizar as dependências do SENADO para fins diversos do objeto do Contrato	Grave	Por ocorrência
# 9	Apresentar documento, declaração ou informação falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal dos responsáveis	Grave	Por ocorrência
# 10	Causar ou permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer funcionário da CONTRATADA ou a servidores e usuários do SENADO	Grave	Por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de			
# 11	designar por escrito, no prazo definido no Contrato, funcionários para atender ao SENADO (Responsáveis Técnicos e/ou Prepostos), indicando números de telefone e endereços de <i>e-mail</i> para contato direto, sem justificativa aceita pela Fiscalização	Leve	Por dia útil de atraso
# 12	manter a documentação de habilitação atualizada e as condições que ensejaram a contratação, durante toda a vigência do Contrato	Leve	Por ocorrência e por item
# 13	entregar tempestivamente esclarecimentos formais solicitados pela Fiscalização ou demais áreas do SENADO, para sanar inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise das notas fiscais ou outros documentos	Leve	Por ocorrência e por dia
# 14	manter documentação técnica (relatórios, históricos, etc.) devidamente atualizados, e entregues tempestivamente a fiscalização;	Leve	Por ocorrência
# 15	restituir objeto encaminhado para reparo em assistência técnica autorizada no prazo autorizado pelo SENADO, sem justificativa aceita pela Fiscalização	Leve	Por ocorrência e por dia
# 16	efetuar a limpeza dos locais de instalação e execução dos serviços, inclusive com a remoção, transporte e descarte de detritos, resíduos oleosos, lixas, estopas ou demais materiais consumíveis utilizados pela CONTRATADA	Leve	Por ocorrência e por dia
# 17	utilizar instrumento de medição com o devido certificado de calibração (metrologia) rastreável, emitido por entidade reconhecida	Leve	Por ocorrência



SENADO FEDERAL

Item	Descrição	Grau	Incidência
# 18	fornecer prontamente a sua equipe de profissionais ferramentas elétricas, eletrônicas, mecânicas ou computacionais necessárias à execução dos serviços	Média	Por ocorrência
# 19	refazer serviço não aceito pela Fiscalização por descumprimento do disposto no contrato, no edital e seus anexos, , nas normas técnicas, em documentos contratuais ou com o bom padrão de acabamento e qualidade, no prazo estabelecido em Contrato, sem justificativa aceita pela Fiscalização	Média	Por ocorrência e por dia
# 20	substituir material não aceito pela Fiscalização por descumprimento do disposto no contrato, no edital e seus anexos, nas normas técnicas, em documentos contratuais ou com o bom padrão de acabamento e qualidade, no prazo estabelecido em Contrato, sem justificativa aceita pela Fiscalização	Média	Por ocorrência e por dia
# 21	informar a Fiscalização condição anormal de funcionamento de equipamento	Média	Por ocorrência
# 22	cumprir determinações formais da Fiscalização, inclusive para o fornecimento e atualização tempestivos de dados e informações, a execução de serviços e o início tempestivo ao atendimento de solicitações de atendimento de emergência, sem justificativa aceita pela Fiscalização	Grave	Por ocorrência
# 23	cumprir, sem justificativa aceita pela Fiscalização, o Plano de Manutenção	Média	Por ocorrência
# 24	realizar, sem justificativa aceita pela Fiscalização, visita técnica ou manutenção programada previamente agendada	Grave	Por ocorrência
# 25	cumprir, sem justificativa aceita pela Fiscalização, as orientações e solicitações técnicas da Fiscalização	Grave	Por ocorrência
# 26	utilizar equipe técnica com a qualificação necessária, para atendimento <i>on site</i> ou atendimento remoto	Grave	Por ocorrência
# 27	substituir equipamento com defeito recorrente ou de segurança	Grave	Por ocorrência e por dia

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – As multas previstas nesta cláusula podem ser aplicadas cumulativamente entre si, desde que seu somatório não ultrapasse 20% (vinte por cento) do valor atualizado da contratação, sem prejuízo das sanções eventualmente aplicáveis de advertência, de suspensão do direito de licitar e contratar com o SENADO e de declaração de inidoneidade, além da rescisão contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Quarta, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até



SENADO FEDERAL

10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

- I** – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II** – a não reincidência da infração;
- III** – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e
- V** – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no Parágrafo Décimo Quarto.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO– A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Não ocorrendo quitação da multa, na forma do parágrafo anterior, será o valor remanescente descontado da garantia ou, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

- I** – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou
- II** – judicial, nos termos da legislação.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 60 (sessenta) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__

**DIRETORA-GERAL
SENADO FEDERAL**

**REPRESENTANTE
CONTRATADA**

DIRETOR DA _____

DIRETOR DA _____



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022

(Processo nº 00200.008200/2020-14)

ANEXO 9

MODELO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

Titular: _____, brasileiro____, RG____, CPF____

Substituto(s): _____, brasileiro____, RG____, CPF____

A empresa _____, sediada/filial na [endereço], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], neste ato representada por seu Diretor-Presidente, abaixo assinado, nomeia e constitui como seus Prepostos os funcionários acima qualificados, para bem representá-la perante o SENADO FEDERAL, no âmbito do Contrato nº ____/20____, durante todo o período de vigência contratual e prorrogações legais, se houver.

Nos eventuais impedimentos ou ausências do Preposto Titular, a representação será realizada pelo(s) Preposto(s) Substituto(s).

Os Prepostos acima designados têm poderes bastantes e suficientes para receber e enviar – sempre por escrito – comunicações, notificações, reclamações e outros documentos, reportar-se à Fiscalização do Contrato sempre que necessário, debater assuntos administrativos e contratuais, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, assinar e rubricar atas, comunicações e outros documentos, recorrer de qualquer instância administrativa, entregar documentos, requerer informações e providências, formular solicitações, registrar e controlar a assiduidade funcionários e orientá-los, no que couber, providenciar os livros de ocorrências e mantê-los permanentemente atualizados, requerer internamente à empresa a adoção das providências que se façam necessárias para a plena execução contratual e para a correção das falhas detectadas, podendo, enfim, praticar todos os atos necessários e implícitos ao fiel, pleno e perfeito desempenho da presente designação.

(cidade/UF), ____ de ____ de 20____

Diretor-Presidente da empresa



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022

(Processo nº 00200.008200/2020-14)

ANEXO 10

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo XI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____					
Data de abertura:					
Nome da empresa:					
CNPJ:					
Endereço:					
CEP:					
Telefone: (DDD)					
Fax: (DDD)					
E-mail:					
Dados Bancários:					
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)					
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)					
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? () Sim () Não					
ITEM	QUANTI- DADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022

(Processo nº 00200.008200/2020-14)

ANEXO 11

ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO Nº 2/2016

Estabelece, no âmbito do Senado Federal, os critérios para definição da taxa de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI de referência para a contratação de obras e serviços de engenharia.

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram dadas pelo art. 237 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 40, de 2014, em vista do disposto no artigo 7º, § 2º, inc. II, da Lei nº 8.666/93, e considerando a necessidade de atualização dos itens que compõem o elemento Bonificação e Despesas Indiretas - BDI, em razão das recentes orientações contidas em julgados do Tribunal de Contas da União - TCU, RESOLVE:

Art. 1º Nas obras e serviços de engenharia contratados pelo Senado Federal, o percentual relativo a Bonificações e Despesas Indiretas - BDI, aplicado sobre os custos diretos dos materiais, mão de obra e equipamentos, deve obedecer ao disposto neste Ato.

§ 1º O preço final da obra ou serviço será obtido somando-se aos custos diretos a parcela correspondente ao BDI.

§ 2º Os editais de licitação deverão exigir que os proponentes apresentem a composição analítica do BDI.

§ 3º Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.

§ 4º No caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricação e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na complexidade da aquisição, com exceção à regra prevista no § 3º.



SENADO FEDERAL

Art. 2º As bonificações e despesas indiretas serão compostas por parcelas relacionadas à taxa de rateio da administração central, às despesas financeiras, aos riscos, seguros e garantias do empreendimento, ao lucro e aos tributos, exceto os de natureza direta e personalística que oneram a licitante ou contratada.

§ 1º Somente poderá ser incluída taxa correspondente a despesas com garantias se for expressamente previsto no edital da licitação a prestação de garantia contratual pela contratada, devendo, neste caso, ser proporcional aos custos de contratação de fiança bancária, seguro-garantia ou caução.

§ 2º É vedado incluir na composição do BDI taxas correspondentes a despesas com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), administração local, instalação de canteiro de obras, acampamento, mobilização e desmobilização, assim como outros custos que decorram diretamente da execução das obras ou serviços e que, por conseguinte, devam ser incluídos como custos diretos na planilha orçamentária.

§ 3º A parcela referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, quando devida, observará a alíquota do local de execução da obra ou prestação dos serviços e o cálculo do tributo não incidirá sobre os materiais e equipamentos utilizados na obra ou serviço.

Art. 3º A taxa máxima aceitável do BDI de referência será definida mediante justificativa técnica elaborada por profissional habilitado.

§ 1º Os estudos técnicos adotarão como parâmetro os indicadores obtidos junto às seguintes fontes, dentre outras:

I - Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI;

II - Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO;

III - tabelas de referência oficiais;

IV - recomendações, determinações e deliberações expedidas pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

V - levantamentos realizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VI - consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares

VII - contratos similares firmados pelo Senado Federal e por outros órgãos da Administração Pública;

VIII - publicações técnicas especializadas ou de órgãos de pesquisa;



SENADO FEDERAL

IX - estudos setoriais;

X - pesquisa mercadológica com empresas do ramo.

§ 2º Serão desconsideradas as coletas que não reflitam a realidade do mercado, cabendo ao órgão técnico apontar justificadamente a fonte mais adequada para estimar o BDI de referência.

§ 3º O BDI de referência considerado aceitável pela Administração será aquele menor ou igual à mediana dos indicadores obtidos junto à fonte de pesquisa utilizada.

§ 4º Em casos excepcionais, desde que devidamente justificados pelo órgão técnico competente, o percentual do BDI de referência poderá ultrapassar os limites estabelecidos no parágrafo anterior.

§ 5º Os percentuais do BDI da faixa adotada, devidamente justificados pela área técnica segundo as características da obra e os resultados da precificação, deverão estar indicados nos atos convocatórios relativos às licitações destinadas à contratação de obras e serviços de engenharia.

§ 6º Se o percentual do BDI apresentado pela proponente for superior ao BDI de referência indicado pela Administração, a proposta deverá ser acompanhada da devida justificativa de majoração do preço, elaborada por profissional habilitado para análise da área técnica.

§ 7º Se o percentual do BDI apresentado pela proponente for inferior ao BDI de referência considerado aceitável pela Administração e houver indícios de inexequibilidade dos preços, o pregoeiro ou o gestor poderão solicitar à empresa esclarecimentos complementares e efetuar diligências para comprovação da exequibilidade da proposta.

§ 8º O custo global apresentado pela proponente não poderá ser superior ao custo global de referência.

Art. 4º Revoga-se o Ato do Primeiro-Secretário nº 10, de 2010.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2016. Senador Vicentinho Alves, Primeiro-Secretário.

Boletim Administrativo do Senado Federal, nº 5972, seção nº 2, de 29 de março de 2016, p. 1.